



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

OFICIAL

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 42

PORTO VELHO-RO, QUINTA - FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2007

ANO XXV

SUMÁRIO

16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SL
17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SL
17ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SL
ADVOGACIA GERAL DA LE-RO
RESOLUÇÃO

16ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
Em 03 de abril de 2007.

Presidência dos Srs:
Neodi Carlos – Presidente
Alex Testoni – 1º vice-Presidente

Secretários:
Jesualdo Pires – 1º Secretário
Ezequiel Neiva 3º Secretário

(Às 15 horas e 11 minutos é aberta a Sessão)

COMPARECEM OS SENHORES: Wilber Coimbra (PSB), Jesualdo Pires (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Valdivino Rodrigues (PRP), Euclides Maciel (PSL), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Tiziu Jidalias (PMDB), Amauri dos Santos (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Daniela Amorim (PTB), Professor Dantas (PT), Neri Firigolo (PT), Dr. Ribamar Araújo (PT), Ezequiel Neiva (PPS), Jair Miotto (PPS), Luizinho Goebel (PV), Miguel Sena (PV), Maurão de Carvalho (PP), Maurinho Silva (PSDB), Doutor Alexandre (PTC) e Valter Araújo (PL).

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 16ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura. Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (3º Secretário) – Procedendo à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada. Solicito ao senhor Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (3º Secretário) – Procedendo à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

– **Ofício nº 126/07** – Ministério Público do Estado de Rondônia encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Dispõe sobre a criação de cargos de Assessores Jurídicos para compor o Quadro Administrativo do Ministério Público do Estado de Rondônia”.

– **Ofício nº 128/07** – Ministério Público do Estado de Rondônia encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e dá outras providências”.

– **Ofício nº 115/07** – Tribunal de Contas do Estado de Rondônia encaminhando o Processo nº 0984/2007 e apensos referentes à Prestação de Contas desse Tribunal, exercício de 2006.

– **Ofício nº 094/07** – Senado Federal – Instituto Legislativo Brasileiro - ILB disponibilizando a sua programação de atividades educacionais para 2007.

– **Carta nº 117/07** – SEBRAE em resposta ao Ofício S/293/07, referente à Indicação nº 044/07 de autoria do Deputado Valter Araújo.

– **Ofício nº 175/07** – COTEL em resposta ao Ofício P/135/07, referente ao Requerimento nº 022/07 de autoria do Deputado Ezequiel Neiva.

– **Telegrama nº 000027/07** – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 35.000,00, (trinta e cinco mil reais).

– **Telegrama nº 000138/07** – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 3.000,00, (três mil reais).

– **Telegrama nº 000163/07** – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual de Saúde, no valor de R\$ 68.643,00, (sessenta e oito mil, seiscentos e quarenta e três reais).

- **Telegrama nº 000012/07** – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Prefeitura Municipal de Porto Velho, no valor de R\$ 44.200,00, (quarenta e quatro mil e duzentos reais).

- **Telegrama nº 000134/07** – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Prefeitura de Porto Velho, no valor de R\$ 30.740,00, (trinta mil, setecentos e quarenta reais).

- **Telegrama nº 000160/07** – Ministério da Saúde informando a liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para a Prefeitura Municipal de Porto Velho, no valor de R\$ 59.150,00, (cinquenta e nove mil, cento e cinquenta reais).

- **MEMORANDO Nº 31/07** – Gabinete do Deputado Chico Paraíba informando sua ausência das Sessões Ordinárias dos dias 03, 04 e 05/04/07.

- **Ofício nº 011/PRP/RO** – PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA – Solicitando que desconsidere o teor do Ofício nº 010/PRP/07, datado em 03 de março de 2007, o qual indica como líder na Assembléia o Deputado Valdivino Rodrigues de Almeida.

- **MEMORANDO Nº 063/07** – Deputado Maurinho Silva justificando sua ausência nas sessões dos dias 28 e 29 de março de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra, por cinco minutos, sem apartes, o ilustre deputado Neri Firigolo.

O SR. NERI FIRIGOLO – Senhor Presidente, nobres Deputados, público que nos assiste. Eu me inscrevi neste Expediente, por cinco minutos, até para que eu possa, talvez não tenha sido entendido quando coloquei a questão do lixo hospitalar. Eu não seria doido de dizer que o lixo hospitalar que deve ser incinerado seria jogado no lixo. Mas tem dois tipos de lixo hospitalar, ou seja, o lixo que é fezes humanas, este eu não retiro o que eu disse; nós temos a certeza do que estamos falando. E o lixo doméstico que realmente acaba muitas vezes indo para o rio, então até para ficar gravado nesta Casa. Mas o que eu queria dizer aqui, Sr. Presidente, é lamentar e eu tenho inclusive, dei entrada a uma Moção de Pesar ao acontecimento que aconteceu sexta-feira, as duas e quarenta na nossa cidade. Onde foi assassinado, covardemente, eu diria covardemente porque ele não teve nem sequer condição de levantar a cabeça porque ele foi metralhado. A ação durou em torno, segundo consta à informação, apenas dois minutos, tiraram à vida de um cidadão que eu conhecia há 25 anos, mais de 20 anos vizinho de muro. Então um cidadão que eu posso testemunhar o seu valor como cidadão, como homem, enfim, como ser humano e a grande perda que nós tivemos na nossa cidade que é o Dr. Valter Nunes de Almeida. Eu diria que não somente o Estado, ou seja, Cacoal ou somente o Estado, a repercussão do fato, segundo informações que a gente tem, repercutiu até nacionalmente, por que não dizer então internacionalmente, haja vista que era um cidadão com uma profunda amizade dentro da nossa cidade,

respeito, enfim, as qualidades de ser humano, como pai, como esposo. Deixa três filhos numa fase praticamente bastante complicada e que na verdade deixa revolta na nossa cidade porque até agora a gente não tem, tem apenas alguns indícios de que possa ser esclarecido o fato. Mas da maneira que aconteceu, então eu queria até pedir o apoio dos Deputados, eu gostaria que todo mundo pudesse até assinar essa Moção de Pesar, até para entregar para família com o nome de todo mundo, uma questão de respeito para um cidadão que realmente vai fazer muita falta ao nosso Estado pela sua postura, pelo seu trabalho, pela dignidade, enfim, como eu disse, como ser humano. E eu me inscrevi para falar no Grande Expediente, até porque eu gostaria de relatar um assunto sobre a questão dos cursos profissionalizantes que nós temos na nossa cidade. Até falava com o Dr. Valter Araújo há poucos dias, que nós temos na nossa cidade um Centro de Formação Profissional que eu acho que merece ser divulgado e ser até visitado por alguns parlamentares para que a gente possa dar o devido valor. Eu simplesmente me inscrevi nesses cinco minutos, estou inscrito no Grande para que a gente possa decorrer nesse assunto. Mas eu pediria mais uma vez a todos os parlamentares que nesta Moção de Pesar, se pudessem assinar, inclusive, a Moção de Pesar para que a gente pudesse enviar até em nome da Assembléia Legislativa, eu gostaria que fosse feita pela Mesa Diretora, para que a gente pudesse mandar para família, haja vista que eu acho que é um cidadão que merece ser respeitado, mesmo agora que não existe mais entre nós, mas deixou uma vida de respeito, de dignidade e de qualidade.

O SR. PRESIDENTE(Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos sem apartes, o ilustre Deputado Alexandre Brito. Com a palavra pelo prazo de cinco minutos sem apartes, o ilustre Deputado Maurinho. Também ausente do plenário, prosseguimos com o próximo inscrito. Pelo prazo de cinco minutos sem apartes, o ilustre Deputado Jesualdo Pires.

O SR. JESUALDO PIRES – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Daniela. Eu quero aqui, nestes cinco minutos, relatar o sucesso que foi a nossa programação da ovinocultura no domingo, foi realizado em Ji-Paraná. Agradecer a presença dos Deputados Dantas, Deputado Valter Araújo, o Deputado Euclides Maciel, o Deputado Alex Testoni que estiveram lá. Foi uma festa muito importante, principalmente para os criadores de ovinos e caprinos no Estado de Rondônia. Tivemos uma programação muito importante, tivemos a presença de técnicos da região, tivemos um técnico, Dr. Luiz Fabiano, médico veterinário da Matsuda de Cuiabá falando sobre a questão da alimentação de ovinos. Depois tivemos uma palestra muito importante também, da Dra. Luciana Gato, da EMBRAPA de Porto Velho, falando sobre manejo e sanidade animal de ovinocultura. E, a última palestra, também importantíssima, com o Dr. César Mateus Nunes, médico veterinário da empresa Alta Genética, de Uberaba de Minas Gerais. Todas essas palestras foram proferidas pelos produtores de todo o Estado de Rondônia e foi um dia muito memorável, porque além de, na parte da manhã tivemos toda a parte da questão técnica nessas palestras muito importantes, tivemos no horário do almoço, um almoço só regado a carnes de ovinos e a tarde foi o ponto alto da nossa festa em Ji-Paraná, do dia especial de ovinocultura com o nosso segundo Leilão AORO de ovinos. Conseguimos vendas, foi um sucesso as vendas,

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Adair Marsola
Divisão de Publicações e Anais - Domingos Sávio
Divisão de Taquigrafia - Elizete Oliveira Costa

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
Rua Major Amaranente, 390
Arigolândia
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Neodi Carlos - Presidente
Alex Testoni - 1º Vice-Presidente
Miguel Sena - 2º Vice-Presidente
Jesualdo Pires - 1º Secretário
Chico Paraíba - 2º Secretário
Ezequiel Neiva - 3º Secretário
Maurinho - 4º Secretário

Controle geral de processamento: Domingos Sávio.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Indexação e Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia, Pedro Rocha e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Socorro.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo e Edmilcia Fátima Martins.
Controle Digital e Diagramação: Ana Cristina Favacho e Robison Luz da Silva.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias .

todos os animais vendidos, um faturamento de mais de cem mil reais. Então eu quero agradecer a presença de todos, agradecer sobremaneira o apoio da EMATER que nos deu condições também para poder realizar esse evento, o apoio do Governo do Estado e principalmente da AORO, a sua diretoria, da qual eu faço parte, e que não mediu esforços para criar um grande evento com fim da ovinocultura, para o fortalecimento desse segmento pecuário que é o segmento que mais cresce hoje no país. A ovinocultura hoje é o segmento pecuário mais lucrativo, é quase o dobro da lucratividade da bovinocultura. Então de fato ficou muito importante esse dia especial de ovinocultura em Ji-Paraná. Quero também ressaltar que no sábado, em Ji-Paraná, foi feito a celebração de um contrato entre a Caixa Econômica Federal e o Governo do Estado, onde estavam presentes aproximadamente dois mil produtores rurais, também no Parque de Exposição daquela cidade, e foi celebrado o convênio de assinatura de mil casas para os produtores rurais, mil casas a fundo perdido. É um projeto da Caixa Econômica Federal beneficiando diretamente mil famílias na área rural. Foi uma festa muito importante, várias Associações presentes, um número muito grande de produtores naquela festa e de fato foi um momento muito importante para o nosso pequeno produtor que vai ter melhores condições de vida, melhor qualidade de vida na construção dessas casas que serão totalmente financiadas e a fundo perdido. Uma parte delas financiada pela Caixa Econômica Federal e outra parte pelo Governo do Estado de Rondônia. Finalmente, também comemorar a celebração de um contrato de repasse de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que foi feito para a Prefeitura de Ji-Paraná, na regularização fundiária de um antigo bairro, o bairro Novo Urupá de Ji-Paraná, é um bairro de aproximadamente 190 famílias carentes, pessoas que a anos se arrastavam nessa situação fundiária, de não definição fundiária, a CERON não tem condições hoje, não tinham condições de ligar energia para essas famílias, a prefeitura não tinha condições de regularizar a situação daqueles lotes, não tinha condição de trazer melhoramento para aquelas famílias e graças ao empenho dos Deputados Jesualdo e Deputado Euclides Maciel junto ao Governador do Estado, em apenas quarenta dias um problema que se arrastava há mais de cinco anos naquela comunidade, naquele bairro que era um bairro de posseiros, um bairro, foi uma invasão em Ji-Paraná, conseguimos esse repasse e esse dinheiro a prefeitura vai repassar ao proprietário. Então aquela terra, aquelas famílias, aquelas cento e noventa famílias diretamente beneficiadas, já terão condições de pelo menos ter o lote em seus nomes, quer dizer tem a condição da regularização fundiária. A partir daí essa semana a CERON já está começando o projeto de instalação de energia para todas aquelas famílias. A prefeitura juntamente com o Deputado Euclides e eu estamos nos prontificando a ajudá-los em toda a solução dos seus problemas, graves problemas daquela comunidade, é um bairro muito carente, tem problemas de iluminação pública, problema de saneamento, problema de pavimentação de ruas. Então foi uma solução para aquelas famílias do bairro Novo Urupá, e comemorado com uma forma muito forte, praticamente todo bairro estava lá naquela assinatura daquele convênio, que era vital para que eles pudessem realmente ter condições de acesso a ter a propriedade em seus nomes. E, evidentemente, a partir daí ter condições melhores de dignidade, de ter uma vida melhor, a prefeitura passa a ter uma responsabilidade agora de trazer serviços públicos para aquele bairro. Então quero agradecer a todos, agradecer a presença dos Deputados no domingo lá em Ji-Paraná, e é só por isso Sr. Presidente, por hoje é só. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, por um tempo de cinco minutos sem aparte, o ilustre Deputado Tiziu Jidalias.

O SR. TIZIU JIDALIAS – Senhor Presidente, nobres Deputados, quero aqui cumprimentá-los e dizer mais uma vez da grande alegria de estar retornando a esta Casa, depois de um final de semana intenso e de muitos trabalhos, como certamente todos nós tivemos aqui nas nossas bases eleitorais. Quero cumprimentar o público aqui presente, cumprimentar aos nobres Deputados, cumprimentar aqui a imprensa, e quero aqui, Sr. Presidente, na realidade nesses poucos minutos que temos, fazer aqui alguns cortes, mas quero inicialmente parabenizar ao Deputado Alex Testoni. Tive um final de semana, Sr. Presidente, inclusive seguindo as suas recomendações, ali tentando lhe representar, mas vendo realmente um grande trabalho que o Deputado Alex está fazendo já no município de

Ouro Preto, juntamente com o nosso amigo Deputado Professor Dantas que estava presente ali também, foi uma grande alegria estar junto com eles na cidade de Ouro Preto, mas em especial parabenizar aqui ao Deputado Alex pela inauguração do seu lindo escritório de apoio àquela Associação, devido vários trabalhos que ele vai fazer ali. Da mesma forma Sr. Presidente, eu quero usar esta Tribuna hoje, parabenizar aqui a Deputada Daniela pela grande iniciativa que teve quando nos convocou para que juntos nós pudéssemos ir até a cidade de Cujubim, fazermos ali uma ação conjunta. Portanto, eu quero parabenizar ao Deputado Jair Miotto, dizer da grande alegria que foi ter a companhia dele ali, comigo, nós fomos juntos, também ao nosso Presidente Neodi, que esteve ali junto conosco. E foi um grande trabalho, teve ali dois Deputados Federais; o Deputado Amorim, também o Deputado Moreira Mendes esteve ali com a gente, foi um grande trabalho que fizemos ali junto àquela comunidade. Na realidade, Sr. Presidente, devolvendo a eles aquilo que há muito tempo eles perderam, que é a esperança de dias melhores. Aquela população, a população de Cujubim, eu quero dizer que me comoveu muito, como nos comoveu a todos nós que estivemos ali, uma condição hoje, infelizmente, muito dolorosa para toda aquela população que ali está. Aquela população realmente falta tudo, lá não tem um celular, e eu fiz hoje aqui, Sr. Presidente, na realidade várias reivindicações para nossas companhias de celular para que possa realmente, urgentemente, estar fazendo um estudo ali naquela cidade para instalar aparelhos de celular para aquela população, e eu tenho certeza que será de grande benefício para eles. Da mesma forma Sr. Presidente, eu quero aqui e usei esses cinco minutos mais para lhe fazer um apelo, eu sei que o nosso Presidente tem um coração assim bem bondoso e eu quero fazer aqui Sr. Presidente, um apelo para V.Ex^a, em nome aqui do Deputado Jair Miotto, em nome da Deputada Daniela, em nome do Deputado Tiziu e não deixa de ser em seu nome também, mas nós estamos aqui e eu tomei aqui a liberdade de fazer o apelo, também em nome desses nobres colegas para que a gente pudesse atender àquela população o mais rápido possível, de repente pegando aqui os nossos médicos que tem do nosso Centro Médico, para fazer ali uma ação rápida, talvez de dois ou três dias, porque infelizmente aquela população vive uma situação realmente muito difícil. Todas as pessoas que estiveram ali, inclusive V.Ex^a, percebeu com muita clareza que as dificuldades deles são enormes, para Vossas Excelências terem uma idéia eu cheguei a usar no meu discurso que nós estamos vivendo no século XXI, mas que infelizmente aquela população até hoje ainda tem que recorrer a uma parteira quando uma mulher precisa ganhar um bebê. Muitas delas têm ganhado os seus bebês nos transportes que faz de Cujubim até a cidade de Ariquemes, quando encontram um carro para lhe locomoverem até lá. Muitas delas também já foram socorridas, casos lá de socorros às senhoras de ter que levar para dentro de um comércio às pressas para ganhar um bebê. Então, Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao senhor, para que tivesse, já encaminhei para esta Mesa um requerimento e que o mais rápido possível o senhor pudesse estar nos atendendo e tenho certeza que o senhor vai está fazendo um grande bem para toda aquela população ali da cidade de Cujubim. Quero, Sr. Presidente, agradecer aqui pelos cinco minutos bondosos, já sei que estou extrapolando o meu tempo, mas dizer, Sr. Presidente, mais uma vez da grande alegria que tenho tido em estar à frente desses trabalhos dentro da Assembléia Legislativa. Quero mais uma vez lhe parabenizar pela condução de todos esses trabalhos, dizer que eu estive andando em seis municípios nesse final de semana e só temos realmente encontrado parabéns e todos esses parabéns da população desses municípios que eu visitei, eu quero realmente transmitir para o senhor que tem estado brilhantemente na condução de todo esse trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, por um tempo de cinco minutos sem apartes, o ilustre Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Nobre Deputado Presidente desta Casa, Deputado Neodi, todos os membros da Mesa, caros deputados, deputada Daniela, quero saudar a imprensa aqui presente, pessoal que está nas galerias, estou vendo o pessoal do Anari, da EMATER, o Benê e sua esposa, meus cumprimentos por vocês estarem presentes a esta sessão. Mas eu quero parabenizar o nosso Deputado Jesualdo, Presidente da AORO que nesse final de semana fez uma brilhante festa na cidade de Ji-Paraná, com palestras, palestras na área e ovinocultura, inclusive Deputado Jesualdo,

um dos palestrantes que a EMATER foi um dos patrocinadores, está lá no CENTRER, lá em Ouro Preto, ministrando cursos sobre inseminação artificial na área de ovinos, com 20 participantes, inclusive médicos veterinários da EMATER e membros da ovinocorte. Então eu quero parabenizar ao Deputado Jesualdo, dizer também que o meu assessor em Ji-Paraná esteve ajudando durante toda a festa lá, o Hamilton, de maneira que foi realmente uma festa bonita. E eu estava sugerindo ao Deputado Jesualdo que pudesse me apresentar um projeto para a Secretaria de Agricultura para fomentar reprodutores de ovinos aos pequenos agricultores. Estou me colocando à disposição do Deputado Jesualdo para auxiliar na elaboração desse projeto, porque a criação de ovelhas, ovinos, principalmente da raça Santa Inês é uma alternativa à agricultura familiar do Estado, e sei que produtores passam por dificuldades com relação a mercado, a preço baixo da carne, e a criação de ovinos é uma alternativa não só para o pequeno, como para o médio e para o grande produtor. Como também, Sr. Presidente, eu quero também parabenizar o Governo do Estado através da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, através do DER, nas pessoas do Secretário Marcos Petisco e do Dr. Jacques, na elaboração do grande convênio, Deputado Professor Dantas que também recebeu, da habitação rural. Nós estivemos lá em Ji-Paraná, pudemos ver a alegria dos agricultores, tinha mais de mil agricultores no parque de exposições de Ji-Paraná, uma grande festa. O Governo Federal através da Caixa Econômica, o Governo do Estado em parceria com os próprios agricultores, através dos movimentos sociais, do MPA e da APANE. E aqui também eu quero parabenizar o Governo de Rondônia, a EMATER que consegui, e os movimentos sociais, levar àquele povo e realmente a gente pode perceber a alegria, mil residências rurais, isso tem uma conotação social muito grande porque eu nunca vi isso em Rondônia. Estou aqui desde 1981 e a gente só ouvia falar em projeto de habitação na área urbana. É a segunda etapa desse projeto. Eu tive a felicidade, quando ainda Secretário de Estado poder participar da primeira liberação que foram duzentas casas e agora, graças a Deus, eu como Deputado fui lá prestigiar, apoiar esse trabalho do Governo de Rondônia com o Governo Federal através da Caixa Econômica. Eu sei que estavam presentes vários Deputados que se fizeram aquele evento e lá todos perceberam da satisfação. É um grande projeto, Deputado Dantas, Vossa Excelência que veio aqui defender junto lá com o diretor do DER que o recurso, a contrapartida do Estado sai do FITHA e quem administra o FITHA é o Diretor Geral do DER. A gente pôde perceber a satisfação enorme, a alegria do homem do campo, levou sua família para participar da assinatura desse convênio entre o Governo do Estado e o Governo Federal através da Caixa Econômica. Então eu venho a esta Tribuna parabenizar o Governo do Estado e o Governo Federal por este grande projeto. Da mesma forma, Sr. Presidente, eu fiquei um pouco preocupado esse final de semana ouvindo de alguns empresários aqui da capital com relação à licença ambiental das usinas do Madeira, e aí uma preocupação enorme devido todo mundo já estar aguardando a licitação dessas usinas e agora nós podemos perceber que vai haver um atraso de no mínimo seis meses, isso vai realmente prejudicar um pouco o Estado. Não é culpa do Governo Federal porque o Presidente Lula tem anunciado através do PAC que as usinas do Madeira é um dos grandes investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento para o país, e Rondônia neste momento, às vezes por um simples relatório do IBAMA nós podemos perder no mínimo seis meses, seis meses para que faça a licitação e início das obras. E, essas obras que irão gerar quantos empregos? Milhares. São mais de dez mil empregos aqui na capital. O próprio Governo do Estado, através do SINE já está preparado para capacitar mão-de-obra para colocar à disposição lá dos trabalhos das usinas. E eu até fiz uma matéria na Folha de Rondônia dizendo da minha preocupação sobre o atraso mais uma vez da liberação da licença ambiental para poder fazer a licitação para que as empresas comecem a trabalhar aqui nas usinas do rio Madeira. Então é uma preocupação muito grande e eu tenho certeza que o Governo Federal vai acompanhar de perto essa situação para não haver mais atraso porque senão nós vamos perder oportunidade de trabalho. A gente sabe que são mais de dez mil empregos, tudo com carteira assinada, o comércio vai ganhar com isso, quer dizer, vai vender muito material e é lógico que é o povo de Rondônia que vai ganhar com esse grande empreendimento que são as construções das usinas hidrelétricas do rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, por isso da minha preocupação. Eu sei que o pessoal, os técnicos da área ambiental...

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Deputado, o tempo de Vossa Excelência já está esgotando.

O SR. LUIZ CLÁUDIO - Eles têm uma grande preocupação de não causar impacto, mas eu quero parabenizar a revista VEJA, Sr. Presidente, porque nesta semana a edição da revista VEJA dá um foco muito especial a essas usinas de Rondônia e que é uma das usinas que tem o menor impacto ambiental. Então, eu não sei por que nós vamos aí ficar mais seis meses, quem sabe até um ano para poder autorizar as licitações. Então, de forma que é uma grande oportunidade a gente ver Rondônia na mídia nacional, falando bem de Rondônia. Se a revista Veja fala bem desse grande empreendimento para Rondônia, nós não podemos deixar também de acompanhar isso. Sr. Presidente, mais um minuto que eu estou concluindo minhas palavras, não deixar de acompanhar esta Casa que tem se comportado de uma maneira brilhante, a participação de todos os nobres Deputados acompanhando, foi a reunião da bancada federal, da bancada estadual, do Governador de Rondônia, inclusive até alguns empresários estavam pensando que o Governador fosse a pessoa interessada a não liberação dessas usinas. Então, eu estou aqui também dizendo que a pessoa mais interessada nessas usinas é o Governador Ivo Cassol, não é porque ele é empresário de pequenas usinas, jamais ele iria pensar de uma forma de querer atrapalhar esse projeto. Pelo contrário, o Governador Ivo Cassol é a pessoa mais interessada na construção dessas usinas que vão gerar milhares de empregos, que vão dar oportunidade de postos de trabalho a tantas pessoas que precisam.

São essas minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Maurinho.

O SR. MAURINHO SILVA – Senhor Presidente, Mesa Diretora, nobres pares, público presente, imprensa em geral, funcionários desta Casa. Senhor Presidente, eu estou me justificando baseado no inciso II do Art. 74 do Regimento Interno da Casa, eu protocolei no gabinete a justificativa da minha ausência em relação ao período de 28 e 29 deste corrente mês, onde aproveitei esse tempo para ir até Brasília buscar algumas informações de interesse de projetos dos nossos municípios, onde foi bastante proveitosa, onde encontrei com a bancada federal e tive a oportunidade de ver, naquele momento, que eles estão empenhados no sentido de trazer dias melhores para o nosso Estado. E, sem mais eu agradeço a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra pelo tempo de cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Alexandre Brito. Está ausente.

Encerrada as Breves Comunicações, passaremos ao Grande Expediente. Com a palavra pelo tempo de vinte minutos, com apartes, o ilustre Deputado Neri Firigolo.

O SR. NERI FIRIGOLO – Senhor Presidente, Mesa Diretora, nobres Deputados. Como tinha anunciado, eu me inscrevi até para que a gente possa tornar de conhecimento público algumas instituições que, muitas vezes, são esquecidas e que fazem um grande trabalho no nosso Estado. Na semana passada o nosso Deputado colega Valter Araújo colocava a importância de cursos para que se crie profissões dentro do nosso Estado até porque nós estamos nas vésperas de grandes empreendimentos no Estado e que muitas vezes nós não temos mão-de-obra qualificada. E eu gostaria de colocar que não é só o Centro de Formação que está instalado em Cacoal com o nome de Fiovo Camagnoni que foi trazido praticamente todo equipamento que está naquele Centro de Formação, praticamente veio todo da Itália. E, os Deputados de Cacoal também, o Deputado Valdivino e o Deputado Euclides Maciel acho que conhecem a história daquele centro, e eu gostaria de convidar os nobres Deputados para fazerem uma visita para que eles possam tomar conhecimento, inclusive, de tudo aquilo que está naquele centro de formação em Cacoal. Hoje tem uma parceria com o SESI, que depois de muita dificuldade, de muito sofrimento do Padre Franco que não conseguia apoio, praticamente não tem apoio nem dos municípios, e na época não tinha apoio, ao menos a um ano atrás, dos governos estaduais, ele

conseguiu montar um centro de formação que tem lá hoje como cursos de desenho técnico, onde são feitos cursos, profissionalizando pessoas em desenho técnico, corte e costura, arte culinária, informática, prótese dentária, eletricidade, serralheria, marcenaria, sorveteria, estoparia, padaria, tornearia, tornearia mecânica, isso é um curso que está implantado agora há menos de um ano onde os oito tornos mecânicos foram doados por organizações da Itália e desses oito tornos mecânicos que vieram para Rondônia três desses tornos com peso de doze mil e quinhentos quilos sumiram quando estavam aqui em Porto Velho e que hoje está sendo questionado na justiça para ver onde foram esses tornos mecânicos. Foi uma luta de mais de um ano para liberação desses tornos e hoje eles já estão em Cacoal servindo também na parte de tornearia mecânica. E nesse empreendimento, todas as instalações que lá se encontram são instalações que foram construídas com apoio da comunidade, de pessoas empresários de Cacoal, enfim, um trabalho da comunidade e que hoje para quem pode fazer uma visita vai se surpreender com o tamanho desse Centro de Formação. Além da formação, ainda nesse Centro se mantém um profissional da Itália, que é dentista, que há quatro anos cuida da parte dentária de pessoas humildes, carentes. E, dentro desses quatro anos já tem mais de sessenta mil bocas que ele fez gratuitamente, desde a anestesia, tudo de graça feito por este profissional, como um colaborador que se chama John Franco. Ainda algumas colaborações que nós tivemos como foi o caso da CERON que foram dois patrocínios para ajudar na questão da energia. Foi feito inclusive para a CERON um pedido do Padre Franco juntamente com este deputado que enviamos e conseguimos. Também não posso esquecer que há uns dois anos atrás, eu juntamente com o Padre Franco conversamos com o Governador Ivo Cassol e o Governador liberou o barracão onde estão colocados os tornos que depois de muita luta, até porque não tinha muito amparo legal, o Secretário de Educação Edinaldo Lustosa acabou fazendo a liberação no final do ano passado, depois de um ano de construção para que pudéssemos pagar esses barracões que também estão nesse Centro de Formação. É um Centro de Formação com todo o equipamento, as janelas e portas, enfim, o que está sendo feito no hospital, aquele hospital que está vindo da Itália, que está sendo construído em Cacoal, também todo esse tipo de material está sendo feito dentro desse Centro que além de servir para educação, ou seja, para profissionalizar pessoas ainda tem as questões que são feitas que vai ajudar ao hospital. Fazia tempo que eu queria falar sobre isso porque eu acho que é um empreendimento que está servindo para a sociedade. O bairro em que está instalado era um dos bairros mais violentos que tínhamos na cidade de Cacoal. Hoje aquele bairro passou a ser um bairro pacífico onde as pessoas mais pobres e mais humildes conseguem fazer cursos para que possam crescer na vida. Além disso, todas essas máquinas, que são modernas, vieram praticamente todas da Itália e estão instaladas, hoje tanto a marcenaria quanto qualquer setor disso, está totalmente equipado com todo o maquinário funcionando. No caso da padaria estão se fazendo, através dos cursos, está se beneficiando o São Camilo porque está ajudando com os pães que são fabricados nos cursos. Tem uma outra Instituição em Cacoal que é mantida pela comunidade. Enfim, um Centro que merece, eu acho que merece o apoio inclusive não só do município, mas também do Governo do Estado, dos Poderes que estão no Estado porque é onde a gente pode formar cidadãos e, com certeza irão servir muito para o nosso Estado. Mas eu não gostaria só de colocar a questão desse Centro de Formação que foi uma obra do Padre Franco, também o Centro do Padre Marcelo aqui de Porto Velho, para quem não conhece é um outro Centro de Formação que eu acho que merece um grande respeito. E quem for fazer uma visita ao Centro de Formação do Padre Marcelo vai ver que também é um outro Centro que ajuda muita gente carente, que tira da marginalidade, que coloca no mercado de trabalho, que também deve ser olhado com bons olhos pelo o Estado. E nós sabemos também que não é só o Padre Marcelo, tem o Centro de Formação do Padre Enzo que também está aqui trabalhando com outro Centro de Formação. Enfim, são muitas Instituições que são benéficas ao nosso Estado. E a maioria dessas Instituições são Instituições de órgãos de outros países e que estão conseguindo fazer um trabalho em nosso Estado. Então eu acho que essas Instituições, essas ONGs, merecem um respeito, merecem uma atenção de nós, inclusive, do Legislativo. E eu acho que poderíamos fazer visitas e ver que nós podemos ajudar muito nisso porque mesmo sem divulgação eles fazem um trabalho fantástico

dentro do Estado, como tantas outras que a gente conhece por aí. Então eu me inscrevi no Grande Expediente para falar um pouco sobre isso e gostaria ainda de fazer um convite aos senhores Deputados que ainda conhecem aquele hospital que está sendo construído em Cacoal, que já está em uma fase bastante adiantada, o projeto dele é um projeto para 14 mil metros quadrados. Todo ele está sendo construído dentro de orientações a nível internacional e muitas vezes as pessoas não conhecem, e no momento em que as pessoas vão fazer uma visita a gente vê que as pessoas se prontificam até em contribuir. Nós temos todo o apoio do governo Ivo Cassol dentro daquilo que for possível dentro do Estado. Nós tivemos apoio de grandes empresários, enfim, a comunidade está ajudando, e qualquer um que for lá hoje e que fizer uma avaliação de quanto dinheiro teria sido gasto naquele hospital, todas as pessoas quando arriscam um palpite, falam de 20, 25 milhões empregados. E eu gostaria até de deixar aqui registrado que não passa de quatro milhões investidos naquele hospital. É uma coisa que ninguém acredita e que são coisas feitas de última geração em nível de mundo, com todas as instalações de padrão internacional. E agora, ultimamente está sendo construído o setor de oncologia dentro dos padrões internacionais e está sendo feita uma obra, inclusive para muitas pessoas que não conhecem acham que é até um exagero. Há uns dois meses atrás o Secretário de Saúde do Estado, junto com a ANVISA estiverem presentes até para discutir a questão da construção dentro das normas e até agora o que a gente ouve da população e ouve inclusive das pessoas que visitam aquele hospital que está sendo construído é uma esperança muito grande dentro das especialidades. Quanto ao equipamento, já tem em torno de cinco milhões de equipamentos que já estão depositados em Cacoal, que veio também de doação da Itália e que com certeza vai ser uma obra que vai ajudar toda aquela região, inclusive de todas as entidades sociais, de preferência conforme feito o Estatuto, para as pessoas que são humildes e que não têm condições de tratamento. Com certeza as especialidades que nós não temos em Cacoal, não temos no Estado é que são prioridades para essa construção. Eu gostaria Deputado Neodi, como Presidente da Casa, que numa oportunidade que tivesse, se formasse uma Comissão de Deputados para fazer uma visita até para ter um conhecimento para que a gente pudesse ver que obra está sendo construída e com o apoio da comunidade. Todo e qualquer tostão que lá está sendo aplicado ele vem de algum cidadão de bem. E o que é mais importante é que nos finais de semana, geralmente no sábado, sempre tem uma turma de gente trabalhando com talhamento, que chegou a atingir até 200 pessoas voluntárias contribuindo com a mão-de-obra profissional, ou seja, muitas vezes braçal, mas está contribuindo como uma maneira de ajudar o hospital. E muitas vezes até pessoas idosas que estão no fim da vida, doando jóias de livre e espontânea vontade porque estão vendo uma obra e como disse o próprio Governador Ivo Cassol na imprensa que ele estava de queixo caído com a obra e eu gostaria que os senhores Deputados pudessem fazer uma visita, até com a presença do Padre Franco que deve voltar da Itália agora no mês de maio onde foi ver se consegue mais arrecadação até para ajudar, e que com certeza, não vai muito tempo, aquele hospital com certeza vai ser colocado em prática para a população. Está se discutindo, pensando em audiência pública, até para ver em quais áreas fica esse hospital, quais as outras áreas que fica dentro do Estado até porque nós sabemos não vai ser possível atender todas as áreas. Mas é uma obra que qualquer pessoa que for lá com certeza, não precisa nem fazer propaganda, que as pessoas mesmo com certeza vão sair de lá conhecendo, vão ter uma visão de uma obra que está sendo feita pela comunidade. Tanto é que justifica o que estou dizendo que no primeiro jantar que foi feito com comida italiana, apenas numa noite rendeu mais de 75 mil reais num jantar. E o último jantar que foi feito ano passado tinha mais de 800 empresários naquela festa, todos em benefício do hospital. É uma obra que evangélicos estão contribuindo; nós já vimos equipes da Assembléia de Deus indo lá trabalhar, vimos gente da Polícia Militar, nós já vimos idosos, enfim, de todas as classes sociais, até de municípios vizinhos como Ministro Andrezza e outros municípios estão doando a sua mão-de-obra lá, a sua contribuição porque acredito que é uma obra da sociedade. Não é da Igreja Católica, é uma comunidade de Cacoal e que hoje, as questões de ferragens, essas questões todas são feitas, inclusive, com o Centro de Formação que está em Cacoal que está servindo de orientação, ou seja, formando cidadãos e produzindo as próprias necessidades de um hospital que vai servir também a população.

Eu queria deixar registrado isso, até porque a gente muitas vezes não lembra dessas instituições e que são importantíssimas. E em nome do padre Franco, agradece a todas as pessoas que contribuíram e que vão contribuir, inclusive teve uma emenda que foi colocada, de minha autoria que foi liberada pelo governo Cassol, no mandato passado e agora tem mais umas emendas e, com certeza, já tenho dito ao padre Franco, que vão ajudar na construção daquele hospital. Só queria deixar registrado e também trazer ao conhecimento, um pouco, das pessoas ainda que não conhecem, que façam uma visita, que vão conhecer que vocês vão ver que aquilo que eu estou dizendo tem muito mais naquela obra.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Quero registrar a presença aqui do Excelentíssimo Senhor José Inácio da Silva Neto, vice-prefeito de Itapuã e do Excelentíssimo Senhor Altamiro Sousa Silva, Prefeito do município de Alto Paraíso. Com a palavra, pelo tempo de vinte minutos com apartes, o ilustre Wilber Coimbra.

O SR. WILBER COIMBRA – Excelentíssimo Senhor Deputado Neodi Carlos, Presidente desta Casa, em nome do qual eu cumprimento todos os membros desta augusta Mesa; Excelentíssimos e eminentes parlamentares, Deputada Daniela Amorim; amigos da imprensa; e a nossa sociedade rondoniense que aqui se faz representar também pelos nossos irmãos que se encontram na galeria para fiscalizar, que é o papel também da sociedade, o desempenho dos parlamentares desta Casa. Eu quero aqui cumprimentar, Sr. Presidente, o Presidente da comunidade libanesa aqui em, Rondônia, o Michael Esber, que nos honra aqui com sua presença, o tenente Pedrosa, companheiro que está aqui nesta galeria, o sargento Vilela, o sargento Maristone, Cabo Ferreira, o PM Heldo, a PM Jaqueline, o PM Muller, O PM Moreno e tantos outros companheiros, companheiro Valdomiro que também está aqui e que se encontra nesta galeria, muito nos sentimos honrado com a presença dos ilustres companheiros. Dizer, Sr. Presidente, que, nesta tarde, nós ocupamos esta Tribuna como sempre faremos, aqui nós somos porta-vozes legítimos dos nossos companheiros policiais militares e bombeiros militares, essa família tão sofrida, uma família, a família militar que tão aguerrida e que desempenha papel preponderante nos interesses deste Estado e que na verdade personifica o próprio Estado uma vez que representa o *longa manus* do Estado, representa a força coativa, a força em potência do nosso Estado. Então me sinto muito honrado em poder nesta Casa estar representando a Polícia Militar, os Bombeiros Militares e por que não dizer também os companheiros da Segurança Pública, assim dizendo Polícia Civil, os companheiros, aguerridos companheiros agentes penitenciários. Na verdade, Sr. Presidente, nós estamos aqui nesta Tribuna para fazermos uma reflexão, para fazermos uma reflexão, Presidente, eu até me utilizo, me permito utilizar de trecho de um discurso de um dos mais notáveis parlamentares da história brasileira, da história nacional e dos grandes juristas que foi o eminente senador Rui Barbosa. E assim, Presidente, ele diz, quem faz esse discurso é Rui Barbosa que diz: “de tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos corruptos, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto.” Assim falou o eminente senador e grande jurista que o solo brasileiro já presenciou que foi Rui Barbosa. Então, Sr. Presidente, com estas palavras eu quero aqui dizer que, reconhecer na verdade o grande serviço, o grande trabalho que S.Ex^a. o Governador do Estado, Ivo Cassol, tem desempenhado em favor da Segurança Pública. Na segurança pública há um verdadeiro divisor de águas: antes da administração Ivo e depois, porque nunca se viu investir de forma decisiva na Segurança Pública, no aparato logístico, viaturas, a falta crônica de combustível que foi vivenciado antes do governo Ivo Cassol, nós sabíamos que as viaturas não podiam rodar porque não tinha combustível e hoje graças a Deus, graças à desenvoltura, ao empreendedorismo, à criatividade do Governador não se vê mais falar nisso no Estado de Rondônia. Sabemos que a criminalidade tem crescido, isso é notório está nos olhos de cego, mas nós sabemos que o governo tem feito sua parte. Agora, Presidente é preciso que se faça a seguinte reflexão acerca de aproximadamente dois mil, duzentos e cinquenta e dois policiais que se encontram, Sr. Presidente, numa situação de injustiça. Injustiça por que Presidente? Nós temos, lamentavelmente, inaugurado pela Lei 1.063, que é a Lei de Remuneração, um tanto quanto confusa concebido no governo do ex-governador Bianco,

uma lei que trata de remuneração, esta mesma lei trata de penalidade, versa sobre matéria de direito penal, trata também sobre matéria de direito administrativo, sendo portanto, uma lei híbrida. A Lei nº 1063 de 2002, lamentavelmente deixou um legado de morte para os policiais militares que ingressam na carreira de praças em nossa polícia. Nós temos registrado tão somente, tive o cuidado de fazer um exame, uma análise do que acontece hoje nos Estados vizinhos a despeito disso, o vizinho Estado do Acre, Estado de Roraima, Mato Grosso, enfim, os Estados mais próximos aqui do nosso Estado de Rondônia. O único Estado que tem como tantas outras anomalias e monstruosidades jurídicas, o único Estado, que não é culpa, diga-se de passagem, do Governo Ivo Cassol, muito pelo contrário, mas foi instituído três meses lá na academia, depois ele é declarado, depois de dez meses, seis a dez meses, depende de quem fez o plano de ensino, ele é submetido à academia, a saber como lidar com armamento, a filosofia de polícia comunitária, todo o arcabouço jurídico no que diz a direito penal, direito no mais amplo sentido, porque para quem vai lidar com a vida, para quem vai lidar com o patrimônio, com a liberdade das pessoas tem que conhecer, e graças a Deus que a Polícia Militar do Estado de Rondônia tem feito isso muito bem. Mas após esses seis ou dez meses, dependendo do plano de ensino, ele é declarado policial militar de 3ª classe. Depois eles esperam um bom tempo, uns três anos para ser policial de 2ª classe. Depois mais dois anos para ser de 1ª classe. A única promoção, Sr. Presidente, na linha horizontal, porque promoção, entendo eu, que é na linha vertical, e a única promoção que se vê no âmbito da Polícia Militar é o camarada ser soldado três vezes. Ele até enjoa de ser soldado, três vezes soldado. Isso foi um legado de morte deixado pela Lei nº 1.063 de 2002, em que os nossos policiais militares se encontram numa situação de tremenda injustiça. Como se fosse Sr. Presidente possível o policial militar, primeiro suprimiram a questão de soldado, como se alguém se melindrasse em chamar-se de soldado, tiraram o soldado, agora só se chama de PM. PM somos todos nós, do coronel ao mais novinho, todos são PMs. E aí o pano de fundo na verdade naquela época foi porque queria economizar na folha do Estado, aí se criou três classes distintas de policial militar, como se fosse possível, Deputado Ribamar Araújo. O policial de 3ª classe, que é o mais novinho que entra nos quadros, como se ele só atendesse ocorrência café com leite, aquela ocorrência tranqüila, do bêbado que está enchendo o saco no logradouro público, aí vai lá o policial e diz: “ – Não vamos; vou te levar em casa”. Aí vai o de 3ª classe. Aí quando fosse uma ocorrência, briga de marido e mulher, manda lá o de 2ª classe, o genérico, de 2ª classe. Agora, quando se tratar de furto a banco, de assalto a banco, manda o *massa matru* que é o 1ª Classe. Isso não é possível, viu Deputado, o policial militar quando uniformizado ou não, ele é imbuído do mesmo ministério, não se procura saber qual é a ocorrência, seja ele quem for, ele vai lá para o bom combate. E aí a despeito disso, Deputado Professor Dantas, o policial que entra, o novinho, de 3ª classe, recebe hoje R\$ 972,51 (novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos), a título de soldo, enquanto que o de 1ª classe que faz o mesmo, tem a mesma função, desempenha o mesmo mister, recebe R\$ 1.526,91 (hum mil quinhentos e vinte e seis reais e noventa e um centavos). Eu quero dizer Deputado Neodi da sensibilidade que Vossa Excelência é detentor, isso cria inegavelmente um desestímulo, Deputado Jesualdo, um desestímulo e numa empresa, e há de se conceber, a Polícia Militar, Deputado Neri Firigolo, como uma empresa, uma empresa pública que cujo serviço que se vende chama-se “segurança pública”. Por quê? Porque nós pagamos nossos impostos. Então a despeito disso, numa empresa, seja ela privada ou pública, ou até de economia mista, quando o Deputado Tiziu que é um grande empresário, duas pessoas desempenhando as mesmas funções, as mesmas, com a mesma complexidade, um ganha um tostão e um ganha um milhão, então qual o estímulo que tem esse que ganha um tostão? Absolutamente nenhum, e é por isso que nós entramos num quadro de total desestímulo no âmbito da Polícia Militar do Estado de Rondônia, graças, por obra e graça de uma legislação perversa, uma legislação que já nasce nula porque afronta cabalmente princípios coroados pela novel Constituição de 1988, que proíbe Sr. deputado Professor Dantas, a Constituição proíbe que trabalhadores que desempenham a mesma função sejam remunerados de forma diferentes. Mas lamentavelmente, Deputado Neodi Carlos, eminente Presidente desta Casa, esta Casa no passado foi, foi porque eu tenho certeza que doravante não será mais, a grande produtora de leis

inconstitucionais que marcharam ao sabor das emoções, ao sabor de interesses outros que não sejam os reais interesses sociais. Por isso Sr. Presidente, nós encaminhamos a esta Mesa uma Indicação, porque isto, eu não vou aqui cometer o equívoco que cometeu, eu não sei se foi de forma consciente ou de forma inconsciente, deputados de outras legislaturas que enganaram, eu diria até que de má fé, os nossos companheiros tão sofridos policiais militares, aprovaram aqui dizendo que poderiam aprovar nesta Casa este projeto de lei com que todos os policiais que estavam na 3ª e na 2ª classe fossem promovidos a 1ª classe. E nós sabemos, eu tenho certeza que aquele deputado ou aquela deputada que o fez, sabia que isso não era competência desta Casa, é competência constitucional do Chefe do Executivo. O quê cria Deputado? Cria na verdade uma expectativa, faz com que o nosso povo sofra achando que a culpa é do Chefe do Executivo que não quer atender o pleito desta Casa. Nós sabemos que é inconstitucional, por isso que eu tomei o cuidado de fazer através de uma Indicação e anexei o anteprojeto para que nós possamos corrigir de uma vez por todas, senhores deputados, esta injustiça que foi manejada contra os grandes e bravos policiais e bombeiros militares que fazem o progresso, que propiciam paz social a nossa sociedade rondoniense. Por isso eu quero aqui registrar a minha preocupação com qual é o caminho, qual é o destino que nós vamos dar às forças policiais deste Estado. Deixar esses policiais militares desmotivados, policiais militares que desempenham as mesmas funções ganhando salários brutalmente diferenciados, porque a diferença, Deputado Tiziu Jidalias, a diferença talvez para quem ganhe muito não significa muita coisa, mas a diferença é verificada em torno de R\$ 554,40 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos), do que ganha menos para o que ganha mais, ou seja, do de 3ª ao de 1ª classe. Isso significa um aluguel, significa a cesta básica, significa a escola do filho, significa melhor condição de vida. E aqui, por falar em melhor condição de vida, Deputado Tiziu, o déficit habitacional verificado na Polícia Militar é muito grande por conta de questões salariais. O policial militar que prende o cidadão infrator, quando ele volta para casa ele se vê na obrigação de estar morando lá na região periférica, lá nos bolsões de miséria ao lado daquele que prendeu e por conta da nossa legislação, não por conta da justiça, mas por conta da nossa legislação, ele está à solta afrontando, não tão somente a sociedade, os comuns, mas afrontando também aquele que o prendeu, porque estava cometendo o crime. Então Deputado Dantas, nós precisamos sensibilizar Sua Excelência o Governador do Estado, para que possa de uma vez por todas, porque ele tem feito isso, possa de uma vez por todas corrigir essas distorções para realmente estar unificando as classes, as três classes de policiais militares, para que seja uma única classe, que seja não mais policial de 3ª, de 2ª e 1ª classe, mas concluiu o curso de seis meses, que seja declarado policial militar ganhando um salário digno para prover o seu sustento e de sua família.

O Sr. Tiziu Jidalias – Um aparte, nobre Deputado?

O SR. WILBER COIMBRA - É com muito prazer e com muita honra que eu concedo o aparte ao eminente Deputado Tiziu.

O Sr. Tiziu Jidalias – Obrigado nobre Deputado Wilber. Eu quero mais uma vez parabenizá-lo e só confirmar aqui, embora o senhor não precise desta confirmação porque a própria Corporação que o elegeu sabia muito bem em quem estava confiando. Mas quero dizer nobre Deputado que o senhor está de parabéns, em defesa dessa classe sofrida e nós sabemos das grandes dificuldades que passam todos os nossos policiais militares. Na realidade nós temos um problema hoje que é gravíssimo, como o Senhor muito bem falou e com muita propriedade, com muita consciência do que está falando, já tem dito que nós não podemos de forma alguma entregar esta herança ao nosso Governador Ivo Cassol, até porque o que ele tem feito é tentado amenizar um pouco essas distorções que já existem há muito tempo. Mas eu quero dizer nobre Deputado, que estou me solidarizando com o seu discurso, quero me colocar ombreado contigo e sempre que for necessário fazermos projetos e sei que saindo das suas mãos e da sua cabeça, sempre vai ser projeto que na realidade que possa trazer os melhores benefícios com muita coerência para esta classe tão sofrida, eu repito. E dizer o seguinte, o senhor fez uma referência e eu achei muito interessante, à questão do terceiro escalão. Só a palavra

realmente já cria certo mal estar, porque já dá realmente um ar muito claro de discriminação e a própria Corporação precisa repudiar esse tipo de linguagem dentro dela, porque eu tenho certeza que ninguém aqui gostaria, imagine se dentro deste plenário tivesse na primeira, segunda fileira aqui terceira escalão lá atrás, o segundo escalão aqui e o primeiro escalão aqui na frente. Certamente nós também estaríamos nos sentindo ofendidos. E quando o senhor fala, nobre Deputado, que o terceiro escalão, se anotei certo, ganha R\$ 972,51 (novecentos e setenta e dois reais e cinquenta e um centavos), eu sinceramente tenho vergonha e estou aqui dizendo também, me permita, em nome deles, porque certamente eles não tem a menor condições de sobrevivência, diria que o nível social um pouco mais elevado ou até mesmo, como o senhor mesmo colocou e muito bem colocado, de dar um conforto para a sua família. Eles precisam na realidade se sujeitarem, às vezes, a morar muito mal, em uma situação muito calamitosa, quando na realidade as suas funções, lhes dá e poderia lhes dar de morar muito bem, de viver uma vida digna. Da mesma forma, nobre Deputado, quando o senhor fala que o policial militar de alto escalão, de primeira classe, na realidade, ganha R\$ 1.526,00 (um mil quinhentos e vinte e seis reais) eu continuo dizendo, que continua sendo uma grande miséria, porque se nós formos olhar, existem profissionais aí, não quero desmerecer nenhuma profissão, mas profissionais que não correm risco de vida nenhum na realidade tantas preocupação como tem um policial militar e que, às vezes, ganham muito mais. Então fica aqui também o meu apelo. Parabéns para o senhor por esse belo discurso, por estar mais uma vez tendo a coragem de mostrar a cara nesta Tribuna e defender os policiais militares e eu quero me ombrear juntamente com V.Exª. V.Exª. sabe que pode contar com este seu irmão. Muito obrigado.

O SR. WILBER COIMBRA – Deputado, eu fico lisonjeado e não surpreso, porque eu tenho certeza que sempre poderemos contar com a bravura, com a galhardia de V.Exª.

O Sr. Ezequiel Neiva – Um aparte Deputado?

O SR. WILBER COIMBRA - É com muita honra que eu concedo o aparte ao meu colega de profissão, o meu colega de farda e meu colega parlamentar, Deputado Ezequiel Neiva.

O Sr. Ezequiel Neiva – Eu quero cumprimentar V. Exª. e parabenizar pelo vosso pleito. Dizer que estamos também, como policial militar, já entrei com Indicação também neste mesmo sentido, Deputado Wilber, porque com 16 anos de Polícia, agindo ali na região de Cerejeiras, Pimenteiras, Corumbiara, Colorado e Vilhena, eu já tive o desprazer de estar numa ocorrência de assalto a banco, por exemplo, de entrarmos numa perseguição contra assaltantes lá, onde todos eles estavam com colete à prova de bala, com metralhadora. E, eu e mais quatro policiais, e desses quatro tinham dois que eram da segunda classe, mas os bandidos na hora de nos metralhar não nos perguntaram quem era da primeira ou da segunda classe para atirarem, e também não nos mandaram abaixar. Ninguém fez essa pergunta para nós. Se não tivesse ali uma árvore muito grossa para nós nos escondermos atrás, estávamos mortos nesta hora. É um absurdo o que vem acontecendo com os nossos policiais militares. Não importa se é de primeira ou segunda ou terceira classe, conforme V. Exª já pronunciou, não existe essa e ninguém sabe, já enjoaram de ser soldados, enjoaram de ser polícia. Ora, todos nós somos policiais militares e realmente estamos neste mesmo pleito aqui parabenizo V. Exª. também por ingressar com essa Indicação. Vamos ver se conseguimos convencer ao Governador e as nossas autoridades competentes de acabar por vez com essa coisa de primeira, segunda e terceira classe e deixar polícia militar, porque quando vamos para rua todos somos investidos da mesma autoridade e o bandido que nos olha, nos olha como policial. Não está dividido por classe. Aliás, eles não olham estrela, não olham divisa e não olham nada. Está fardado é polícia e acabou. Estamos entrando também e peço também o vosso apoio em um outro pleito que é a questão da localidade especial, Deputado Wilber. Pimenteiras, por exemplo, quase ninguém quer trabalhar em Pimenteiras porque é uma área de fronteira Não tem escola suficiente para os filhos dos policiais que ali vão estar, não tem saúde, assim como Corumbiara também e em outros locais, como Chupinguaia, temos três distritos lá que não oferecem condições nenhuma para o policial estar lá

com a família, mas ele está lá defendendo o Estado. Então se faz necessário também que o Estado esteja delimitando essa questão de fronteira por área e dando a gratificação de localidade especial. Já está aí a Indicação e creio que V. Ex^a. também estará nos apoiando nesse pleito. Nós que estamos lá sabemos da realidade nua e crua dos policiais que lá existe. Eu quero aqui então, mais uma vez parabenizar a V. Ex^a. e dizer que tem o meu apoio e tem uma Indicação também nesse mesmo sentido, que é a questão da localidade especial que é de fundamental importância. Obrigado.

O SR. WILBER COIMBRA – Obrigado Excelência. Quero dizer que todos nós somos soldado desse exercito cujo comandante primeiramente é Deus e o povo de Rondônia. A título de conclusão eminente Deputado Neodi Carlos, contando com sua sempre compreensão, eu quero finalizar meu pronunciamento nesta tarde, dizer que isso Deputado Neodi, não representa, nós não estamos aqui pedindo aumento de salário, isso representa na verdade um cometimento de justiça por parte do Chefe do Executivo, corrigindo essas distorções que acabam, que maculam, maculam de morte os nossos policiais militares. E par concluir, como disse ainda há pouco na abertura deste pronunciamento, nós não podemos fazer jus àquilo que Rui Barbosa aduz nesse grande discurso, memorável discurso que diz: “de tanto ver triunfar as nulidades” e nós estamos vendo triunfando nulidades, porque são nulidades que vêm no bojo de uma lei, que foi inclusive concebida nesta casa, eivada, inquinada de vício e nós rechaçamos veementemente. “De tanto ver crescer as injustiças”, é uma injustiça viu Deputado, uma injustiça porque nós temos três classes, como bem falou o Deputado Tiziu, classes, parece que a terceira já se trata como só menos, alguém que está relegado a um terceiro plano. Muito feliz foi a sua observação Deputado, isso é injustiça, e aqui Rui Barbosa diz: “de tanto ver crescer as injustiça de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos corruptos, o homem chega...” e aqui eu quero dizer que o policial militar chega a “desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto”, mas graças a Deus que a inclinação, que a propensão, o pendor da Polícia Militar do Estado de Rondônia, é uma Polícia voltada à honestidade, para o tratamento humanitário e acima de tudo para servir com galhardia, para servir com espírito público o povo de Rondônia. Por isso que deve ser tratada com respeito, deve ser tratada com equidade e é isso que nós esperamos e exigimos neste Parlamento e de Sua Excelência o Governador Ivo Cassol que eu quero aqui fazer justiça, em tudo que nós temos solicitado, principalmente este humilde Deputado, nunca fechou as portas de seu gabinete ou de sua residência para nos atender e tem mostrado sensibilidade com a Polícia Militar. Nestas palavras agradeço aos companheiros que nos honram com a presença, agradeço a benevolência do Deputado Neodi Carlos que deixou ultrapassar um pouco do nosso tempo e agradecer ao Governador Ivo Cassol pela sensibilidade e o espírito público que tem tido para com a nossa polícia, e que não esqueça da categoria que nos momentos de maior dificuldade, nos momentos de instabilidade social, é a Polícia Militar que não tem hora, seja três horas da manhã com grande tempestade, está lá o aguerrido homem de azul para guarnecer e fazer valer a ordem social. Muito obrigado, Sr. Presidente e que Deus possa lhe abençoar rica e poderosamente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Queremos registrar a presença aqui, nas galerias desta Casa o nosso amigo, companheiro, senhor Antenor da SINTAT, Presidente do PV, que aqui tem dois deputados de seu partido e hoje exerce a função de Presidente do IPEM. Com a palavra, por um tempo de 20 minutos com aparteS, o ilustre Deputado Miguel Sena.

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. MIGUEL SENA – Gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Presidente desta Casa, Deputado Neodi Carlos, em nome dele cumprimentar aos demais colegas da Mesa Diretora, cumprimentar aqui aos colegas deputados estaduais presentes aqui, hoje, nesta Sessão Ordinária. A nossa colega, também Deputada, Daniela cumprimentar a presença da imprensa, novamente, que está aqui sempre procurando informar ou bem informar a nossa população; cumprimento o público aqui presente em nome do nosso partido, companheiro Antenor da SINTAT que hoje é Presidente também do IPEM, está presente conosco, gostaria de cumprimentar todo o pessoal aqui, o público aqui presente. Dizer em primeiro lugar ao Deputado

Neri que eu assino com o senhor a sua nota de pesar, infelizmente, com o acontecido em Cacoal. Eu estava naquela região de Cacoal acompanhando o Governador, em uma viagem ao interior do Estado e, infelizmente, nos deparamos com aquela terrível notícia do acontecido com o representante da OAB, no município de Cacoal, se eu não me engano, Dr. Valter Nunes. Dizer da viagem que nós fizemos ao interior do Estado, juntamente com o Governador Ivo Cassol, na sexta-feira estivemos às 13 horas na posse do novo Secretário de Obras do município de Rolim de Moura, e aqui, também tecer os elogios à grandeza da Deputada Mileni Mota, ao convidar para compor o governo do município de Rolim de Moura, um ex-vice-prefeito do Governador Ivo Cassol, o ex-Secretário do Governador e então Prefeito Ivo Cassol e assessor particular do Governador que foi o nosso companheiro, senhor Josias Custódio, que foi nomeado na sexta-feira para ser o novo Secretário de Obras do município de Rolim de Moura. Fica, aqui, meus parabéns à Prefeita pela sua feliz indicação do companheiro Josias Custódio.

Estivemos também, visitando o município de Ji-Paraná, onde tiveram alguns Deputados acompanhando o Governador na entrega do convênio de mil casas populares para a zona rural, como disse aqui o nosso companheiro Luís Cláudio, foi uma posição inédita do Governo em se preocupar com moradia para zona rural, também o estivemos acompanhando. Depois tivemos o prazer de estar em Ouro Preto, participando da inauguração do escritório central do nosso grande colega, importantíssimo para esta Casa, nosso companheiro Deputado Alex Testoni, que inaugurou ali um grande escritório, para dar um amplo atendimento a toda aquela população de Ouro Preto e região. E depois nos dirigimos a Jarú, e em seguida peguei o carro de Jarú para cá e, mais uma vez, tive a surpresa, e gostaria aqui de parabenizar o companheiro Deputado Jesualdo, o companheiro Deputado Tiziu, o nosso líder Deputado Euclides Maciel, quando eles vêm aqui tecer críticas a nossa BR. Que é essa BR 364 que nos transporta até aqui, não é Deputado Jesualdo? A BR totalmente sem condições de tráfego, fazia alguns dias que eu não ia até aquela região, mas, não é só lá não Deputado Jesualdo. Guajará-Mirim, a BR que dá para Guajará-Mirim encontra-se em pior situação do que aquela ainda. Infelizmente, fica aqui mais uma crítica ao DNIT, me juntar aos colegas aí para também criticar o DNIT. E falando na estrada para Guajará, gostaria de reafirmar aqui, todos os meus colegas estão recebendo este convite, todos os colegas, toda a imprensa estará recebendo os Secretários de Estado, a população de Guajará Mirim um convite onde nós estaremos no dia 09 de abril, véspera do aniversário de Guajará-Mirim, nós estaremos fazendo um simpósio para tirarmos propostas para o desenvolvimento da cidade de Guajará-Mirim. Cidade aquela que há muito tempo não é bem-vista pelas pessoas, pelos administradores que por ali passaram, mas infelizmente esta é a situação de Guajará-Mirim, e agora, eu, como Deputado Estadual, representando Guajara Mirim, além de outros municípios, com certeza, estaremos fazendo esse simpósio para tentarmos rever os problemas de Guajará Mirim. E gostaria aqui de reafirmar de um convite a todos os deputados, a imprensa, a toda a população do Estado de Rondônia. Falar aqui, fazer um breve comentário também Sr. Presidente, sobre algumas notícias nos jornais, a gente se surpreende quando a gente pega algum jornal, aí vê na capa do jornal, entre outras situações, você vê na capa do jornal uma acusação grave “Governo é acusado de desviar FUNDEF”. E, eu, como sempre preocupado com essa situação, estive hoje na parte da manhã, marquei uma audiência com o Secretário de Educação, até por ver uma matéria dele hoje respondendo isso aí, fiquei preocupado, se você vê a manchete na primeira página do jornal é uma coisa, quando você vai ver a matéria é outra totalmente diferente. Aí a gente fica preocupado com isso, porque conhecendo o governo, o Governador como eu conheço, conhecendo o meu colega que está conosco aí há muito tempo no governo, o nosso companheiro Edinaldo Lustosa, que é o Secretário de Educação, pessoa pela qual eu tenho o maior respeito e tenho certeza que quem conhece o Edinaldo Lustosa sabe exatamente que o Edinaldo Lustosa sempre procura primar pela coisa séria, pela coisa certa. Eu tenho certeza que se o senhor Edinaldo fosse uma pessoa irresponsável a ponto de permitir que algum tipo de desvio do FUNDEF fosse feito, automaticamente ele não estaria no governo do atual Governador Ivo Cassol. Por isso aqui eu quero dizer a todos que eu confio na posição do senhor Edinaldo, pois é um advogado, uma pessoa conhecida, sempre mantendo residência no município de Cacoal, hoje aqui em Porto Velho compondo o Governo do

Estado de Rondônia, e sem dúvida nenhuma é uma pessoa fora de qualquer suspeita, em minha opinião e na opinião de quem conhece o senhor Edinaldo. Então, mais uma vez a gente vê aqui a mídia distorcendo, infelizmente, não são todos, mas algumas pessoas distorcendo e procurando usar a mídia de forma política de forma politiquêira, infelizmente, e eu não concordo com isso. E cobrar aqui, pedir ao Presidente, que nós fizemos, aliás, antes de passar da SEDUC, gostaria aqui de fazer um pedido, aqui, registrar nos anais desta Casa, no que diz respeito às permutas entre o Governo do Estado e o município de Porto Velho. Sei que o momento não é fácil, o momento é difícil, mas nós temos aí alguns desentendimentos entre Estado e o município e com isso estaria trazendo alguns prejuízos para os profissionais em Educação. Foi um pedido que eu fiz aí ao Secretário Edinaldo, e gostaria aqui de reafirmar isso aí aqui nesta Casa de Lei para que o Secretário Edinaldo possa realmente ver esta situação com bons olhos. Pedi ao Presidente, na situação do Requerimento que fiz a esta Casa, no sentido de se arrumar dois estacionamentos e um banheiro para os deficientes físicos e esta escada aqui, ao deficiente físico. Estive recebendo, hoje, novamente a visita de alguns deles e realmente eles estão preocupados com esta situação, não tem aonde estacionar os carros deles, não tem um banheiro para freqüentar. Inclusive a porta do meu gabinete, hoje, foi criticada por um deficiente. Já pedi à minha assessoria que mande abrir aquela porta para que o deficiente passe com a cadeira até às dependências do meu gabinete. Dizer, aqui, Sr. Presidente, que fui pego de surpresa mais uma vez quando no depoimento que eu fiz aqui nesta Tribuna a respeito do Deputado Moreira Mendes, e, que o Deputado Moreira Mendes procurou a imprensa e teceu, fez algumas colocações sobre a minha pessoa, algumas colocações a meu respeito e que na realidade não pesou em nada para mim. Quando ele fala aqui que quem deveria estar nesta Casa aqui era o ex-Deputado Silvernani Santos porque o ex-Deputado Silvernani Santos é uma pessoa experiente e ética. Não tem problema nenhum, ele pode até ser, eu até me sinto lisonjeado quando ele diz que ele é realmente uma pessoa ética e experiente. É mesmo. Não tem dúvida. E eu gostaria de dizer ao Deputado Moreira Mendes que não tem dúvida quanto a isso, ele é realmente muito ético, muito experiente. Eu estou querendo aprender um pouco. Quando ele diz assim: "que o Miguel Sena confunde alhos com bugalhos", ele fala na matéria dele. Gostaria de dizer ao Deputado Moreira Mendes que eu posso até confundir alhos com bugalhos, posso sim, isso é normal, qualquer um confunde. Agora, eu nunca confundi, nunca vou confundir seriedade com malandragem, isso não. Seriedade é uma coisa, malandragem é outra, isso eu nunca confundi. Eu sempre soube dividir uma coisa da outra. Da mesma forma que eu nunca consegui confundir recursos públicos/particulares, gastos particulares meus com gastos públicos, não misturo, isso eu não misturo confundo. Gostaria de dizer ao Deputado Moreira Mendes, gostaria de dizer ao ex-Deputado Silvernani Santos que isso eu não confundo. O Deputado diz ainda em algumas notas, o Deputado Moreira Mendes, "que o Deputado Miguel Sena é uma pessoa muito polêmica". Eu quando vi essa nota eu comecei a rir, eu falei: engraçado eu sempre fui considerado muito polêmico mesmo. Agora por que ele está me chamando de polêmico? Porque eu disse aqui que eu vou fiscalizar o Ministério Público. Porque eu disse aqui que eu vou fiscalizar o Tribunal de Justiça. Porque eu disse aqui que eu iria pedir uma CPI no SINTERO. Porque eu arrumei algumas polêmicas com a CUT. Mas ele não disse aqui das Indicações que eu fiz. Ele não falou das Indicações que eu fiz, quando eu estou fazendo um seminário, bancando um seminário para discutir os problemas de Guajará Mirim, que a população de Guajará Mirim está passando. Ele não falou que eu estou em Guajará Mirim fazendo um grande encontro lá no bairro onde eu nasci, no Bairro Tamararé. Esse Deputado foge da verdade. Ele não diz aqui quando eu estou preocupado com a questão da alta complexidade do Estado de Rondônia e que nunca nenhum Deputado se preocupou. Eu estou preocupado, fui à Bahia, procurei trazer, estou trazendo médicos para o Estado de Rondônia. Estou trazendo para o Estado de Rondônia a cirurgia cardíaca que há muitos anos era requerida, muitos anos era preciso no Estado de Rondônia e eu estou fazendo isso agora com a determinação, com autorização do Governador Ivo Cassol e eu não sou Secretário, não sou Executivo, sou Legislativo, mas estou fazendo o meu papel e vou continuar fazendo sim o meu papel de fiscalizar, não adianta. Não adianta ele falar, não adianta a imprensa falar, não adianta. E dizer também que neste instante, por falar em seriedade, falar em moralidade, falar em

ética, me surpreende que o Deputado Moreira Mendes pediu demissão em dezembro, para vocês saberem, a imprensa saber muito bem disso, pediu demissão não, pediu a aposentadoria dele no mês de dezembro e recebeu o salário de janeiro e é pior, recebeu também o salário de fevereiro, agora, para devolver ele não devolveu. Parece-me que devolveu agora com o cheque porque disse a esta Casa que o salário dele tinha sido pago por engano que ele não tinha culpa, tinha caído na conta devedora dele, mas que ele estava pagando com cheque. Ele esquece que isso é recurso público, é R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mas é dinheiro público, é R\$ 6.000,00 (seis mil reais) que dá para comprar quantos livros? Quantas cadernetas? Quantos lápis? Quantas canetas para os estudantes? Então isso ele não fala. Por isso Presidente, eu estou apresentando neste momento a V. Ex^{a.}, estou requerendo a esta Casa de Leis que informe a situação funcional do servidor Rubens Moreira Mendes, com as seguintes características: quero saber a data da admissão, a data da aposentadoria, se ele é concursado ou não, a cópia desse concurso, eu quero saber se ele foi concursado, eu quero ver o ato que deu origem a isso, cópia do documento do afastamento para exercer o cargo de Senador da República no período de 99 a 2002, assim como a ficha financeira desse Deputado. E quero saber também se ele foi colocado à disposição do Senado, com ou sem ônus para esta Casa na época, quero saber com detalhes mês a mês o desembolso dos recursos que foram feitos desta Casa para aquele cidadão. Quero saber a data do afastamento do cargo dele ocupado nesta Assembléia Legislativa para acompanhar as eleições de 2006, assim como o término desse afastamento, quando que terminou o afastamento dele, cópia do ato que autorizou esse afastamento, se houve pagamento de salário nesse período, detalhado o valor mês a mês desses pagamentos. Solicito ainda que seja encaminhada a relação de todos os processos em o que atuou, o atual defensor desta Casa de Leis, quero também todas as folhas de ponto desse cidadão, desse Deputado, desde o período em que ele começou, e que ele ingressou nesta Casa. Aí sim, de posse disso aí eu vou chegar para vocês, e vou dizer aqui para vocês, para a imprensa, a população do Estado de Rondônia, para os colegas Deputados se ele é ético ou não. É isso que eu quero descobrir, esse cidadão. Porque é muito fácil dizer aqui que é ético é difícil é provar, porque eu digo, eu digo a todos vocês, eu nunca neguei, nunca, eu tenho, respondo sim, respondo cinco ações, e sempre disse o porquê que eu respondo as minhas ações. Respondo por que não tinha medicamento no hospital, não canso de repetir isso aqui. Eu comprei medicamento com dispensa de licitação porque eu não poderia deixar as pessoas morrerem. Respondo a outra Ação Civil Pública porque não tinha UTI em 2003 quando nós assumimos aqui a Secretaria de Saúde não tinha UTI, nós contratamos UTI para salvar vida. Respondo por que não tinha comida para os doentes comerem no hospital, eu comprei comida com dispensa de licitação, está aí, e tudo o que eu fiz eu faria de novo. Então minhas ações estão aí, minhas ações estão livres. Se o Deputado quiser abrir as minhas contas está aí, está livre, onde eu passo graças a Deus..., tenho sim, tenho conta para pagar, mas todo mundo tem. Agora, eu esconder, nunca escondi, nunca, e nem vou esconder. Só não gosto que as pessoas venham aqui discursar de moralista se não for moralista, só isso que eu não vou aceitar. Da mesma forma Presidente, eu quero dizer que não vai parar só por aí não gente. Fiz esse requerimento hoje para o Deputado Moreira Mendes; estarei fazendo o mesmo Requerimento para o ex-Deputado Silvernani Santos, que é o grande interlocutor daquele rolo das passagens aqui. E já descobri onde é que está parado o processo dele. Já descobri, está na 2ª Vara da Fazenda, pelo que me foi informado e vou atrás desse processo, vou até requerer imediatamente. Eu vou requerer e vou exigir que eles devolvam aos cofres públicos o que eles desviaram aqui desta Assembléia Legislativa, não tenho dúvida quanto a isso. Presidente, como eu já tinha me comprometido aqui anteriormente, na questão no que diz respeito ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação e aqui eu gostaria de deixar bem claro a toda a imprensa aqui presente, ao público aqui presente, aos Deputados, aos nobres Deputados, que não há nenhum problema com o SINTERO, a minha grande preocupação é realmente com a questão da isonomia, que é um problema sério que vem afetando 3.600 trabalhadores na Educação. Em momento algum eu quero saber dos problemas particulares dos Diretores do SINTERO ou não, não me interessa isso. O que me interessa é que realmente a gente tenha que fazer alguns esclarecimentos na questão da isonomia, até por que houve, hoje no Tribunal Regional do Trabalho, o

início ao julgamento do recurso da ação da isonomia do SINTERO, e onde mais uma vez o SINTERO foi praticamente condenado a mais uma ação de litigância de má fé, multada em meio por cento do valor da causa, que equivale a mais ou menos R\$ 1.750.000,00 (um milhão, setecentos e cinquenta mil reais) hoje, mais uma vez o Sindicato dos Trabalhadores em Educação vai ter que devolver isso para a Justiça por ter feito litigância de má fé. Entre outras situações aí, Presidente, eu quero dizer que neste momento eu estou entrando aqui com um requerimento nesta Casa, requerendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito que diz o seguinte: "O Parlamentar que ao presente subscreve, requer à Mesa Diretora nos termos do Art. 36, parágrafo 3º da Constituição Estadual, combinado com o Art. 33 do Regimento Interno, uma Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 05 (cinco) membros, para no prazo de 60 (sessenta) dias, apurar possíveis irregularidades existentes no Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTERO, fatos esses que supostamente vem causando prejuízo a seus associados exercido suas funções de maneira duvidosa, nas ações judiciais e/ou acordos feitos com a administração nos termos da justificativa. Saliento ainda que a Comissão Parlamentar de Inquérito tem por finalidade apurar responsabilidades quer na área pública ou privada, desde que haja fato determinado e que é esse o caso." E aqui está Sr. Presidente o Requerimento, assinado por 15 colegas Deputados, nós precisávamos de apenas..., por favor passe para o Presidente. Nós precisávamos apenas de 08 assinaturas, mas se dispuseram assinar conosco, sem muitos problemas 15 Parlamentares, preocupados juntamente conosco, preocupados com o futuro dos trabalhadores em Educação. Então está aí o Requerimento, espero que a Mesa dê encaminhamento imediatamente para que a gente possa proceder com esse trabalho. Claro que isso aqui vai ficar a critério da Mesa, essa é uma situação também que, com certeza, o SINTERO, irá ajuizar uma ação no sentido de julgar pela ilegalidade desta Comissão, o que é um direito deles, e, com certeza, se a Justiça assim o entender, assim será feito, a vontade da Justiça será respeitada. Então fica aqui os meus agradecimentos à Mesa, aos colegas Deputados, dizer a todos que eu sempre disse, e sempre digo: eu nunca vou me calar perante qualquer situação. Se a situação estiver errada, seja quem for, doa a quem doer, eu vou para cima, não tem para onde correr.

(Às 16 horas e 51 minutos o Senhor Neodi Carlos passa a presidência ao Senhor Alex Testoni)

O Sr. Dr. Alexandre – Um aparte Deputado?

O SR. MIGUEL SENA - Pois não Deputado.

O Sr. Dr. Alexandre – Quero parabenizar o Deputado Miguel Sena que com essa atitude séria e prudente em se abrir essa CPI, está defendendo Excelência, não à vontade de meia dúzia de grandes, ou meia dúzia que se acham maiores que os menores, não. V.Exª. com seriedade está brigando pelo interesse daquele sindicalizado que tentou por muitas vezes ser ouvido pelo sindicato, porém em vão. V.Exª. está tendo coragem que com certeza outros do passado não teriam de fazer isso. V.Exª. vai honrar esse mandato como honrou até agora. Conte com o meu apoio. Essa CPI tem que sair mesmo. Eu estive em reunião essa semana no interior, visitei várias cidades, e onde eu encontrei professor todos falavam: 'pelo amor de Deus que saia essa CPI, porque nós não confiamos mais no sindicato, nós sabemos que tem sujeira, que a isonomia realmente foi um acordo mal feito, e nós precisamos de uma voz ativa'. Então parabéns, conte sempre comigo, não ceda jamais às pressões de uma banda podre, ou outra que queira prejudicar, vamos juntos e vai dar certo.

(Às 16 horas e 52 minutos o Senhor Alex Testoni passa a presidência ao Senhor Neodi Carlos).

O SR. MIGUEL SENA – Gostaria de agradecer aqui ao Deputado Alexandre, dizer a todos vocês que se alguém entender que o trabalho do Deputado em fiscalizar, em denunciar, em procurar as coisas certas ou erradas for polêmica pode me considerar um Deputado muito polêmico sim. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Encerrado o Grande expediente, passaremos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos. Solicito ao senhor 1º Secretário proceder à leitura das proposições recebidas.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura das proposições recebidas.

ORDEM DO DIA

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO MIGUEL SENA - "Requerendo constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito do SINTERO".

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA – Ao governador do Estado da necessidade de criação da gratificação de localidade especial dos integrantes da Polícia Militar e Bombeiro Militar do Estado.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS DANIELA AMORIM, TIZIU JIDALIAS, JAIR MIOTTO, NEODI CARLOS – Requerendo providências ao Conselho Estadual de Educação do Estado, levantando todas as informações relativas ao número de alunos matriculados e a atual demanda existente, número de professores lotados, material didático e de expediente, a qualidade e quantidade da merenda escolar fornecida aos alunos, e se a atual estrutura física da Escola atende as reais necessidades, bem como checar se os recursos financeiros Constitucionais estão sendo repassados e devidamente aplicados.

- REQUERIMENTO DOS PARLAMENTARES DANIELA AMORIM, TIZIU JIDAIAS, JAIR MIOTTO E NEODI CARLOS – Requerendo providências do Conselho Estadual da Saúde do Estado, solicitando que o mesmo proceda inspeção junto à unidade de Saúde localizada no município de Cujubim, levantando todas as informações relativas ao número de médicos lotados na unidade; se o pessoal de apoio técnico e administrativo lotado atende as reais necessidades; se os equipamentos, instrumentos e medicamentos disponíveis são suficientes para o atendimento a demanda; se os recursos constitucionais devidos foram repassados e devidamente aplicados.

- REQUERIMENTO DOS PARLAMENTARES DANIELA AMORIM, TIZIU JIDALIAS, JAIR MIOTTO, E NEODI CARLOS – Requerendo informações ao Poder Executivo, acerca do montante dos recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino, por Município e por atividade, conforme preceitua o § 3º, artigo 189 da Constituição Estadual, relativos aos últimos 04 anos.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO TIZIU JIDALIAS – Requer providências às Empresas de Telefonia Móvel Celular, solicitando a implantação de telefones celular no Município de Cujubim.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO TIZIU JIDALIAS – Requerendo providências à Mesa Diretora da Assembléia Legislativa, que sejam tomadas providências no sentido de programar, o mais urgente possível, uma ação com os profissionais da Divisão Médica deste Poder Legislativo para realizar atendimentos médico no Município de Cujubim.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO – Ao Poder Executivo Estadual da necessidade da reforma do centro Estadual de Esporte e Lazer - CEDEL do Bairro Ulisses Guimarães, na Rua Estrada dos Periquitos c/ Rua Bola 7 no município de Porto Velho.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO – Junto à CERON, requerendo informações quanto aos valores do ICMS, ISS e CIP, arrecadados mensalmente dos últimos 05 (cinco) anos, em cada município, além da data da implantação no Estado de municípios.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO – Requer junto à CAERD - Informações quanto aos valores de ICM e ISS, arrecadados mensalmente dos últimos 05 (cinco) anos em cada município e a data de implantação desta instituição no Estado e municípios.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO** – Requer junto à Secretária de Estado e Finanças, informações quanto ao valor de ICMS, recolhido mensalmente da CERON e da CAERD, nos últimos 05 (cinco) anos.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO** – Indica ao senhor Governador do Estado de Rondônia a necessidade de viabilizar, através da SEDUC, (Programa de Expansão da Educação Profissional-PROEP), a implantação de cursos profissionalizantes para atender a comunidade em geral, no município de Jarú/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** – Indica ao Poder Executivo da necessidade de construir uma quadra poliesportiva coberta na cidade de Urupá.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** – Ao Poder Executivo a necessidade de transformar em rodovia Estadual a linha 205, que divide o município de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** – Ao Poder Executivo a necessidade de transformar em rodovia Estadual a linha 86, localizada no município de Ji-Paraná.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** – Ao Poder Executivo a necessidade de viabilizar a sinalização das vias urbanas da cidade de Urupá.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO** – Ao senhor Governador do Estado, da necessidade de ampliar a altura do muro da Escola Estadual de Ensino Fundamental Maria Carmosina Pinheiro, do município de Porto Velho/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO** – Ao senhor Governador do Estado da necessidade de criar a Superintendência da Educação Profissional do Estado de Rondônia, SUEPRO/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** – Ao Poder Executivo que seja construído um trevo na RO- 399, na altura do Km 107.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** – Ao Poder Executivo, que seja adquirida quatro computadores para a Escola Colina Verde no distrito de Rondolândia, no município de Corumbiara-RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** – Ao Poder Executivo, para a revogação do Art.38 e a nova redação dos Art.39, Art.40, e seu parágrafo único na Lei nº1063, de 10 de abril de 2002.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO RIBAMAR ARAÚJO** – Ao Presidente da CAERD-Companhia de Água e Esgoto de Rondônia, sobre a necessidade de instalação e expansão da rede de água de Jacy-Paraná/RO.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO WILBER COIMBRA** – Ao Poder Executivo Estadual da urgente necessidade de suprimir as 3 classes do PM/BM do Estado para uma única classe, alterando e revogando os dispositivos da Lei nº 1.063, de 10 de abril de 2002, para que todos os PM/BM sejam considerados como PM/BM 1ª classe.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** – Ao Poder Executivo que seja reformado o quartel da Polícia Militar de Pimenteiras do Oeste-RO.

- **PROJETO DE LEI DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** – Acrescenta dispositivo ao § 2º do Art. 101, do Dec.09-A, remunera seus incisos e altera a denominação do Estatuto da PM/RO.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** – Requerendo Audiência Pública para discutir o problema da obesidade.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO NERI FIRIGOLO** – Requer que seja aprovada Moção de Pesar pelo bárbaro assassinato do advogado Valter Nunes de Almeida.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO ALEX TESTONI** – “O parlamentar que o presente subscreve, Requer à Mesa nos termos da alínea “f” do artigo 235 do Regimento Interno, seja concedido depois de ouvido o Plenário, Regime de Urgência na tramitação do Projeto de Lei 017/07, que Dispõe sobre a proibição da pesca profissional nas bacias hidrográficas dos Rios Guaporé e Mamoré no Estado de Rondônia, e dá outras providências.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER ARAÚJO** – “O parlamentar que o presente subscreve requer nos termos regimentais seja cancelado a Audiência Pública, marcada para o dia 11 de abril do corrente, que tinha por objetivo tratar da implantação da saída do Pacífico, devendo o serviço de Cerimonial deste Legislativo, comunicar aos convidados.

Foram lidos os requerimentos, senhor Presidente.

O PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Solicito ao senhor 1º Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – **REQUERIMENTO DO DEPUTADO VALTER ARAUJO** - O Parlamentar que o presente subescreve requer nos termos regimentais seja cancelada a Audiência Pública, marcada para dia 11 de abril do corrente, que tinha por objetivo tratar da implantação da saída do Pacífico, devendo o serviço Cerimonial deste Legislativo, comunicar aos convidados. Plenário das deliberações em 03 de abril de 2007. Deputado Valter Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Valter Araújo. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – **REQUERIMENTO DO DEPUTADO NERI FIRIGOLO** – Requer que seja aprovada Moção de Pesar pelo bárbaro assassinato do advogado Valter Nunes de Almeida. O Parlamentar que o presente assina, nos termos regimentais, requer que seja aprovada Moção de Pesar pelo bárbaro assassinato do Dr. Valter Nunes de Almeida, ocorrido no último dia 30 de março de 2007, na cidade de Cacoal. E encaminhada aos seus familiares na pessoa de sua esposa Vera Lúcia.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Neri Firigolo. Encerrada a discussão.

Em votação. Os Deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – **REQUERIMENTO - DEPUTADO ALEX TESTONI** – O Parlamentar que o presente subscreve requer a Mesa nos termos da alínea “F” do artigo 235, do Regimento Interno que seja concedido depois de ouvido o plenário, em regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº017/07 que dispõe sobre a proibição da pesca profissional nas bacias hidrográficas do Rio Guaporé e Mamoré do Estado de Rondônia, e dá outras providências. Plenário das deliberações em 03 de abril de 2007. Deputado Alex Testoni.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Alex Testoni. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº004/07 – DEPUTADO TIZIU JIDALIAS – Transforma Sessão Ordinária em Sessão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão única e votação o Projeto do Deputado Tiziu Jidalias, que transforma a Sessão Ordinária em Sessão Especial.

Em discussão. Encerrada a discussão.

Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 020/07 - DEPUTADO NERI FIRIGOLO. Estabelece o fornecimento obrigatório de extrato consolidado anual dos pagamentos efetuados pelos usuários de empresas de serviços públicos atuantes no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 020/07 de autoria do Deputado Neri Firigolo, que estabelece o fornecimento obrigatório de extrato consolidado anual dos pagamentos efetuados pelos usuários de empresas de serviços públicos atuantes no Estado. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai à segunda votação e discussão.

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 021/07 - PODER EXECUTIVO – MENSAGEM Nº 036. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar até o montante de R\$2.000.000,00(dois milhões de reais), em favor da Coordenadoria Geral de Apoio a Governadoria – CGAG e dá outras providências, com parecer favorável das Comissões. Com emendas.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 021/07, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar até o montante de R\$2.000.000,00(dois milhões de reais), em favor da Coordenadoria Geral de Apoio a Governadoria – CGAG e dá outras providências. Em discussão. Para discutir o Projeto o Deputado Jesualdo Pires.

O SR. JESUALDO PIRES – Senhor Presidente, senhores Deputados, esse projeto é de fundamental importância e participei agora a pouco da Comissão de Finanças desta Casa, cuja presidência do nosso Deputado Luiz Cláudio, e é um projeto de extrema relevância principalmente para os produtores de leite. Hoje existe uma disposição, uma lei federal que proíbe, a partir de julho, a comercialização, o fornecimento de leite in natura sem seu devido resfriamento. Então esse projeto que faz esse remanejamento desse recurso de R\$2.000.000,00(dois milhões de reais), será para que seja a aquisição desses tanques resfriadores para pequenos proprietários, associações. Então, evidentemente que esse recurso vai ser muito bem aplicado e de uma forma muito importante, principalmente para atender esses pequenos produtores de leite, que terão dificuldades de fornecer seu leite in natura sem que ele esteja resfriado. Então esse objetivo, o projeto tem essa objetividade e, como bem ressaltamos na Comissão de Finanças, ele é muito bem-vindo e peço o apoio de todos os nobres Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Ainda em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Ainda para discutir o projeto o Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Nobre Presidente, esse projeto, o Deputado Jesualdo acabou de informar, nós estamos aproveitando, Deputado Jesualdo uma carona do governo do Estado. Esses dois milhões primeiro é aquele projeto que nós aprovamos de eletrificação rural e do PROMEC, ele só tinha um erro, um erro de código. E aí nós aproveitamos esse projeto e fizemos uma emenda coletiva. Todos os Deputados assinaram, todos. Que é exatamente de colocar em EMATER mais dois milhões para aquisição de tanques de resfriamento de leite. Então é uma

emenda coletiva de todos os Parlamentares desta Casa que vai ajudar os produtores rurais, porque em função daquela Instrução Normativa de nº 051, do Ministério da Agricultura, que proíbe o transporte, o armazenamento de leite quente, leite em latão, a partir de julho de 2007. Então é uma contribuição grande que esta Casa está fazendo e eu creio Sr. Presidente, que esses dois milhões que a Casa está suplementando de emendas de Deputados não eleitos para aquisição de tanques, já é fruto de trabalho de todos os Deputados. É exatamente a economia que esta Casa está fazendo e reverter isso em benefício do povo. E sem sombra de dúvida o pequeno agricultor é a pessoa ideal para ser beneficiada por esse projeto. Portanto, eu quero aqui agradecer a todos os Deputados que assinaram essa emenda coletiva, que é uma emenda de todos nós e o Presidente já conversou com o Governador e o Governador vai liberar os recursos, os dois milhões de reais. Se Deus quiser até maio nós vamos fazer essa grande festa, nós, todos os Deputados vamos entregar para os produtores rurais mais ou menos 150 tanques de resfriamento de leite, economia que esta Casa está fazendo e o Governo do Estado vai autorizar o financeiro para que possa atender aos nossos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Ainda em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 017/07 - DEPUTADO ALEX TESTONI – Dispõe sobre proibição da pesca profissional nas bacias hidrográficas dos Rios Guaporé e Mamoré no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Com parecer favorável das Comissões. Com emendas.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 017/07 de autoria do Deputado Alex Testoni. Dispõe sobre proibição da pesca profissional nas bacias hidrográficas dos Rios Guaporé e Mamoré no Estado de Rondônia, e dá outras providências. Projeto com emendas. Em discussão. Para discutir o Deputado Jair Miotto.

O SR. JAIR MIOTTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, platéia aqui presente. Eu só gostaria aqui, senhor Presidente, de fazer uma ressalva que foi um acordo que foi feito lá na Comissão de Justiça e que fosse lavrado em ata que a Comissão de Justiça irá nomear uma comissão para apurar a realidade, quem realmente é pescador, quem não é, e quem tem financiamento que envolve a pesca, que depende da pesca para quitar esse financiamento, que no decorrer desse 01 ano de prazo que nós pedimos para que a lei entre em vigor, nós, deputado Alex Testoni, ajudamos a resolver essa situação desse pessoal. Então eu gostaria que ficasse lavrado em ata, eu vou votar favorável ao projeto, mas que ficasse lavrado em ata esse compromisso que nós fizemos de nesse período de 01 ano de prazo, que é do dia 15 de novembro, até o dia 15 de novembro a pesca entra em recesso, aí retorna só dia 15 de março, que nós criássemos essa comissão de Deputados, inclusive, até o Deputado Luizinho se comprometeu a ser um membro, o Deputado Alex outro membro e o Deputado Ezequiel Neiva outro membro. Eu estou de pleno acordo e que nós tirássemos uma realidade o que é o pescador; o que é que depende da pesca; qual que é o oportunista que vive usando os pescadores para tirar proveito de outra forma. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) - Ainda para discutir o Deputado Neri Firigolo.

O SR. NERI FIRIGOLO – Senhor Presidente, nobres Parlamentares, eu quero aqui afirmar que diante de uma discussão mais ampla, eu votaria a favor deste projeto. Hoje de manhã, eu estive conversando ontem com o pessoal do IBAMA e o pessoal do IBAMA me deixou até preocupado com certas questões que eu vou levantar aqui. Como existe na Constituição Federal eu gostaria de pedir a assessoria da Casa se isso realmente tem a ver com a questão da Constituição Federal, parece-me que num raio, uma faixa de 90 quilômetros nas fronteiras tem

que ter um parecer em nível de Brasília e do Ministério da Pesca. Eu estou apenas levantando isso porque na verdade eu não tenho conhecimento ainda profundo nesse sentido. Inclusive eles me colocavam que tem alguns projetos no Ministério da Pesca que poderia até ser usado a faixa do rio Mamoré, Guaporé que seja, aonde poderia ser instalado tanques-redes, que seria a criação de peixes no próprio leito do rio sem ofensa ao meio ambiente, sem nada, sem prejudicar a questão da pescaria, ou seja, a pescagem depredatória e que isso poderá trazer transtorno nesse sentido. E também na questão dos tratados internacionais, haja vista que é uma região de fronteira. Eu digo, confesso que até peço desculpas ao Deputado Testoni, eu não vou votar favorável a esse projeto devido a essas situações, poderá ser um bom projeto, eu errar em não votar nesse projeto e poderá ser um projeto que eu possa fazer injustiça e amanhã ou depois eu responder pelo meu voto. Eu estou apenas justificando o meu voto, não é questão pessoal, é uma questão até de falta de conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Ainda para discutir o Deputado Marcos Antônio Donadon.

O SR. MARCOS DONADON – Excelentíssimo Presidente Deputado Neodi; cumprimentar todos os Deputados aqui nesta tarde e cumprimentar o Deputado Alex que é o autor desta matéria, deste projeto. Nós tivemos oportunidade de conversar com o Deputado Alex e manifestar, a nosso ver, a importância e a grandeza desse projeto, o Deputado Alex soube pegar a sensibilidade desta questão da pesca no Estado de Rondônia, conhece com profundidade a questão da pesca no rio Guaporé, mas uma coisa eu alertava ao Deputado Alex e fica aqui a minha justificativa nesta questão de votar de imediato esta matéria, poderia até votar favorável ao projeto porque entendo que é importante, mas infelizmente nós não estamos tendo assim a oportunidade de debater com esse segmento da pesca. Só por este motivo apenas que nós fomos procurados por este segmento e eles nos pediram a oportunidade de debater o assunto, de expor o lado deles. Então, ouvi do Presidente da Pesca dizer: 'mas, Deputado, nós queremos apenas a oportunidade de dizer o nosso lado, de dizer o que a gente pensa sobre esta questão'. Então nós não estamos tendo esta oportunidade de debater o assunto com eles, com as autoridades competentes para dizer sobre o projeto, mas ressaltando aqui a grandeza da matéria, a grandeza do projeto que o Deputado Alex apresenta, que realmente a gente analisa que é importante. Só por este motivo que nós não vamos acompanhar neste momento a votação favorável a esta matéria por não ter discutido com mais profundidade com o segmento da pesca no Estado de Rondônia. Mas fica aqui a nossa admiração pelo Deputado Alex de ter levantado esta questão e pela importância que é esta matéria que a Assembléia Legislativa irá apreciar logo em seguida. Muito obrigado Presidente pela oportunidade, apenas justificando aqui o porquê de nós não votarmos favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Ainda em discussão. Para discutir o Deputado Alex Testoni.

O SR. ALEX TESTONI – Senhor Presidente, demais colegas da Mesa Diretora, caros nobres Deputados, Deputada Daniela Amorim. Este projeto de grande importância, até os colegas Deputados que votarão contra reconhecem a importância que tem este projeto. Nós temos que pensar sempre adiante, temos que pensar, Sr. Presidente, no futuro. Não podemos mais deixar que decisões não tomadas prejudiquem uma região muito grande, de grande importância do Estado de Rondônia que é a região da Bacia do Guaporé, do Vale do Guaporé, aonde lá, por muitos anos, a pesca profissional predatória espantou os peixes, acabou com os peixes, praticamente acabaram com os peixes e também acabou com o turismo, que há anos atrás fazia parte da economia daquela região. Os pescadores daquela região que compreendem a proibição que é onde é o berçário natural, o berçário natural da procriação dos peixes, é uma região de maior fertilidade de criação de alevinos naturais do mundo. Então esse santuário ecológico nós não podemos deixar, Sr. Presidente, que ele realmente acabe e os especialistas nos segmentos, os engenheiros de pesca estimam que dentro de 24 meses os peixes estarão restabelecidos. Nós vamos incentivar o turismo, Sr. Presidente, na região através de ações do governo do Estado, através de ações do IBAMA, do SEDAM e

vamos transformar os pescadores que realmente são pescadores, são aproximadamente 200 pescadores cadastrados, esses 200 pescadores cadastrados, senhores Deputados, da região, mais de 50 estão sob investigação da Polícia Federal devido a cadastros fraudulentos feitos pelos Presidentes dos pescadores, do Sindicato dos Pescadores que cadastram como pescadores, empresários, comerciantes, funcionários da iniciativa privada, amigos e tem Presidente de Associação de Pescadores que tem 06 membros da família recebendo no período do Defeso, do Governo Federal. Isso é uma injustiça muito grande porque eles estão usando recurso federal em benefício próprio, indevidamente. Então isso aí é uma coisa que não podemos admitir e digo àqueles Presidentes lá da região do Sindicato dos Pescadores que estão dizendo que têm interesse escuso nesse projeto, eu digo a eles que o interesse que tem lá é da comunidade que está empobrecida. Os comerciantes, os vereadores, os prefeitos da região estão totalmente a favor, ouviu Deputado Jair Miotto, da proibição da pesca naquela região, devido à depredação, devido ao turismo que acabou; que hoje é uma fonte de renda, o turismo mundialmente é reconhecida, tem países riquíssimos que sobrevivem, Sr. Presidente, só do turismo. Cito a França que milhões de turistas frequentam lá e hoje na região do Vale do Guaporé, o único hotel lá, o Cabanas do Guaporé, infelizmente depois de muitos anos de atividade turística fechou devido os peixes que estão acabando e o nobre Deputado Miotto e a nobre Deputada Daniela fizeram uma emenda em parceria dando um prazo maior para que os pescadores sejam realmente encaminhados em projetos sociais, que eles serão os defensores dos rios, os pirangueiros, os guias turísticos, estes, aproximadamente 200 pescadores, serão atendidos nesses programas e também Sr. Presidente, após a proibição da pesca, nós vamos solicitar ao IBAMA que acione o seguro defeso. É lei federal, o IBAMA deverá acionar o seguro defeso e eles receberão esses pescadores por quanto tempo perdurar a proibição do rio, estarão amparados pelo Governo Federal com o seguro defeso. Então os pescadores não vão ficar na mão e, muito em breve, eles vão, nessa região, nos agradecer por esta iniciativa nobres colegas, corajosa, importante que não podemos mais esperar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Ainda em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – PROJETO DE LEI Nº 016/07 – MESA DIRETORA. Dispõe sobre a criação da estrutura básica, estabelece as competências da Corregedoria Geral da Assembléia Legislativa. Com parecer favorável das Comissões. Com emenda, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 016/07 de autoria da Mesa Diretora que: "Dispõe sobre a criação da estrutura básica, estabelece as competências da Corregedoria Geral da Assembléia Legislativa". Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram. **Está aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria senhor Secretário.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – REQUERIMENTO – DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer à Mesa nos termos do parágrafo único, artigo 199 do Regimento Interno, seja dispensado o interstício regimental para apreciação em segunda discussão e votação o Projeto de Lei nº 020/07. Plenário, 03 de abril de 2007. Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do Deputado Ezequiel Neiva. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Encerrada a Ordem do Dia, passaremos às Comunicações Parlamentares. Com a palavra pelo tempo de cinco minutos, sem apartes,

o ilustre Deputado Tiziu Jidalias. Abrindo mão, vamos ao Deputado Alex Testoni, com a palavra pelo tempo de cinco minutos sem apartes. O Deputado Alex também abre mão. Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta sessão, convoco uma Sessão Extraordinária para no prazo de um minuto para deliberação das matérias nas condições regimentais.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 17 horas e 23 minutos)

**17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
Em 03 de abril de 2007.**

**Presidência do Sr:
Neodi Carlos – Presidente**

**Secretário:
Jesualdo Pires – 1º Secretário**

(Às 18 horas é aberta a sessão)

COMPARECEM OS SENHORES: Wilber Coimbra (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Valdivino Rodrigues (PRP), Euclides Maciel (PSL), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Tiziu Jidalias (PMDB), Amauri dos Santos (PMDB), Daniela Amorim (PTB), Ezequiel Neiva (PPS), Jair Miotto (PPS), Miguel Sena (PV), Maurão de Carvalho (PP), Maurinho Silva (PSDB) e Doutor Alexandre (PTC).

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 17ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Peço ao Sr. Presidente, que seja dada como lida a ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Está dada como lida e peço que seja feito o registro e publicado no Diário Oficial. Vamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

ORDEM DO DIA

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Projeto de Lei 022/07 do Poder Executivo – Mensagem 037, que inclui os incisos IV e V ao Art. 22 da Lei 1.659, de 08 de agosto de 2006. Com pareceres favoráveis das Comissões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 022/07, do Poder Executivo, que inclui os incisos IV e V ao Art. 22 da Lei 1.659, de 08 de agosto de 2006. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai à segunda discussão e votação.

Nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco outra Sessão Extraordinária no prazo de um minuto a fim de apreciar em segunda discussão e votação as matérias apreciadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 18 horas e 02 minutos)

**17ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA.
Em 04 de abril de 2007.**

**Presidência dos Srs.
Neodi Carlos – Presidente
Jesualdo Pires – 1º Secretário
Ezequiel Neiva – 3º Secretário**

**Secretários:
Jesualdo Pires – 1º Secretário
Ezequiel Neiva – 3º Secretário**

(Às 9 horas e 3 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Tiziu Jidalias (PMDB), Amauri dos Santos (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Chico Paraíba (PMDB), Valter Araújo (PTB), Professor Dantas (PT), Neri Firigolo (PT), Alex Testoni (PTN), Luiz Cláudio (PTN), Jesualdo Pires (PSB), Wilber Coimbra (PSB), Neodi Carlos (PSDC), Doutor Alexandre (PSDC), Ezequiel Neiva (PPS), Jair Miotto (PPS), Luizinho Goebel (PV), Miguel Sena (PV), Euclides Maciel (PSL), Maurão de Carvalho (PP), Maurinho Silva (PSDB), e Valdivino Rodrigues (PRP).

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 17ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura da ata da sessão ordinária anterior.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura do expediente recebido.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Sr. Presidente, não há expediente recebido.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Passaremos às Breves Comunicações. Com a palavra pelo prazo de cinco minutos, o ilustre Deputado Luiz Cláudio.

O Deputado Luiz Cláudio está ausente do Plenário, passaremos a palavra ao ilustre Deputado Jesualdo Pires.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – O ilustre Deputado Jesualdo Pires.

O SR. JESUALDO PIRES – Sr. Deputado Presidente Neodi Carlos, Srs. Deputados. Novamente eu venho a esta Tribuna reafirmar aquele compromisso que eu tinha de cobrança em relação ao DNIT. Toda semana estarei nesta Tribuna cobrando, e eu começo a ficar muito chateado, muito triste com a posição do DNIT, de completa ausência. Encaminhei um requerimento pedindo informações e eles simplesmente ignoram nossos pedidos. E hoje já começam a aparecer notícias nos jornais, a partir da semana passada, e é sempre aquela velha ladainha que eu coloquei aqui em algumas sessões anteriores, começa com um pequeno buraco, o pequeno buraco se transforma num grande buraco, o grande buraco se transforma numa cratera e aí começam as desculpas, aí começam a dizer que já estão vindo recursos de Brasília, que existem emendas parlamentares em Brasília, e aqui mesmo eu tenho notícia: "BR 364 em Rondônia será reformada a partir deste ano". Então todo ano é essa mesma história, parece que é uma novela, parece que existe um roteiro de um filme, o pequeno buraco se transforma num grande buraco, esse grande buraco se transforma numa cratera, essa cratera se transforma numa grande erosão e nada é

feito. Aí a partir desse momento, Sr. Presidente, a partir de abril começam as conversas, começam os jornais dizer que a BR vai ser recuperada. Isso aqui demora quatro, cinco meses, seis meses, um ano para ser resolvido. Evidentemente que os buracos não vão parar de surgir, não vão parar de aumentar em função desses avisos que são dados na imprensa, dizendo que os recursos estão vindo para Rondônia. Então, todo ano esse roteiro.

Eu tive o cuidado, Sr. Presidente, de encaminhar Requerimento ao Departamento da Polícia Rodoviária Federal, esse é o fato mais grave que eu vou colocar hoje aqui, a 21ª Superintendência Regional Rondônia - Acre, e quem mandou, e prontamente fui atendido pela Polícia Rodoviária Federal, quero aqui parabenizar a Polícia Rodoviária Federal, encaminhei esse Requerimento no dia dois de abril, e no dia três de abril já estava nas minhas mãos, está aqui, pedindo um relatório de todos os acidentes ocorridos na BR-364 durante esses três primeiros meses do ano de 2007. Fui prontamente atendido, está aqui a carta que foi encaminhada pelo Sr. Alvinho Domingues, quero aqui parabenizá-lo pela transparência da Polícia Rodoviária Federal. É um órgão transparente e aqui está provado, em apenas um dia me mandou todo o relatório da quantidade de acidentes que houve na nossa BR-364 e esse é o fato alarmante que eu quero alertar aos Srs. Deputados, Deputado Luizinho.

Então, esse Sr. Alvinho, o qual eu cumprimento e congratulo pela atuação pública de mandar prontamente essa informação que eu requeri, ele diz:

“Senhor Deputado, atendendo à solicitação do Senhor Deputado Estadual Jesualdo Pires, informamos a V.Sª. que no período de janeiro a março de 2007 ocorreram na BR-364, no Estado de Rondônia, 353 acidentes, com 244 feridos e 18 mortos”.

Eu fiz aqui uma média, Sr. Presidente, nós tivemos nesses três primeiros meses, e é importante ressaltar que esses acidentes vão começar, a média vai começar aumentar porque em janeiro os buracos não eram tantos, em fevereiro aumentaram, em março aumentou mais, em abril vão aumentar, evidentemente que os acidentes aumentam numa forma proporcional ao descaso que acontece com a nossa BR.

Então, nesse período de três meses, de 90 dias, aproximadamente 90 dias, porque fevereiro não tem trinta dias, nós tivemos quatro acidentes por dia, Sr. Presidente, quatro acidentes por dia. Nós tivemos 2,7 feridos por dia, em média, quase três pessoas feridas por dia. E tivemos, infelizmente, que é o dado mais estarrecedor, seis mortes por mês, ou seja, uma morte e meia, em média, por semana na nossa BR-364.

Eu gostaria de perguntar aos Srs. Parlamentares, e gostaria de perguntar à imprensa, às pessoas que estão me ouvindo agora, será que esses acidentes seriam evitados se a nossa BR os tivesse completamente recuperada? Será que essas 18 vidas que foram tiradas nesse período de 90 dias teriam sido evitadas? Eu acredito que sim, eu acredito que sim. Então vocês notem que nós tivemos 353 acidentes na BR-364, nesses três primeiros meses do ano de 2007. Tivemos 244 vidas feridas. Logicamente que aqui não existem os dados se foram ferimentos graves, se foram ferimentos leves, se foram ferimentos muito graves. Acredito que tenha de tudo, todos os feridos nesses casos aí, devem ter feridos de todas as especificações. Provavelmente possam ter pessoas com seqüelas, ter pessoas que foram feridas gravemente, pessoas que provavelmente hoje não possam estar andando em função do descaso da nossa BR.

Acidentes acontecem, sim, em todas as BRs. Acontece, isso é natural. Agora, esse número absurdo, no meu modo de ver, de 353 acidentes, com 244 feridos e 18 mortes, está aqui, evidentemente se agravou muito em função do descaso do DNIT com a nossa BR. E a cobrança que eu faço, volto a cobrar, é em relação à manutenção da nossa BR-364. Por que não se faz manutenção preventiva da nossa BR 364? Por que chegar a esse ponto que estamos? Em abril os buracos vão aumentar, em maio vai piorar, em junho vai ser pior e provavelmente em agosto surgirão, Sr. Presidente, em agosto, os grandes contratos. Aí surgirão os milhões de reais vindos de Brasília, vamos recuperar a BR, milhões de reais.

Então, eu quero alertar, estou vindo toda semana, o DNIT não me enviou nada, a Polícia Rodoviária prontamente, eu pedi uma informação para eles no dia 02 de abril, no dia 03 de abril já estava o ofício aqui, nº. 424. Parabenizo o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, a 21ª Superintendência Regional. E deixo aqui o apelo ao DNIT, que nos informe, nos informe por que não há uma manutenção na nossa BR. É uma pergunta muito simples que eu faço ao Superintendente do DNIT: por que não há?

Aqui nessa matéria, notem os senhores que ele diz assim, essa matéria que eu tirei aqui de um site, não, do próprio DNIT de Rondônia:

“Com relação ao trecho mais crítico, Rio Preto-Nova Vida, Oliveira, Superintendente, explicou que há pelo menos cinco anos nada se faziam ali porque a empreiteira contratada, a PLANUB, havia abandonado o trabalho”.

Ora, há cinco anos a empresa abandonou o trabalho? Cinco anos? Quer dizer, se a minha empresa abandonar o trabalho por cinco anos, nós teremos a nossa BR completamente destruída?

Então, eu gostaria de reafirmar o meu compromisso com essa cobrança que faço, toda semana estarei aqui, até receber uma resposta convincente do DNIT, do nosso Superintendente do porquê que não há manutenção preventiva, e porque que não está acontecendo isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, por 5 minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Professor Dantas.

O SR. PROFESSOR DANTAS – Sr. Presidente, demais nobres Deputados, imprensa, pessoal da taquigrafia, público aqui presente.

Gostaria, Sr. Presidente, de usar a palavra por alguns instantes apenas para trazer algumas informações e também um agradecimento pedido pelo presidente do MPA, que é o Sr. Odair, lá da região de Ji-Paraná-Ouro Preto, um agradecimento ao Governo Federal e também ao Governo estadual pela concessão das casas do MPA que foram feitas no domingo, uma festa muito bonita onde estive presente ali em Ji-Paraná e pude ver a alegria daquele povo lá, mil pessoas recebendo a sua casinha agora ali no interior, na zona rural. Então, me ligo o Odair, que é presidente do MPA estadual, e pediu: – Professor Dantas, faça um agradecimento aí, principalmente ao Deputado Luiz Cláudio, que foi quem intermediou, souo a camisa mesmo naquela semana passada - não é, Deputado Luiz Cláudio? Juntamente com o Juarez, a equipe do Governo, o pessoal da Secretaria de Agricultura, o Petisco, e a gente está trazendo esse agradecimento, viu, Deputado Luiz Cláudio? Quando ele me ligou durante a semana percebi que V.Exª. saiu até da reunião da Assembléia, sumiu, daqui a pouco o Deputado Luiz Cláudio chegou suado, a camisa suada mesmo e disse: – Professor Dantas, vamos amanhã conversar com o Governador, amanhã cedo, nós temos que resolver isso aí, não tem jeito, não. Quando foi no outro dia bem cedo ele já me procurou: – Professor Dantas, graças a Deus já está resolvido, aquele problema lá já está resolvido.

Então, como todo mundo sabe, o Governo Federal entra com uma parte, mas tem a contrapartida do Governo estadual, e aí que é a dificuldade porque a contrapartida era muito grande, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), então foi um empenho. E nós trazemos esse agradecimento do pessoal do MPA que nos pediu, ao Governo, ao Deputado Luiz Cláudio que se empenhou muito junto ao Governo para que acontecesse esse convênio. E também nós gostaríamos de aproveitar a Tribuna e dizer que aquele povo lá do canto, aquele pessoal que ganhou essas casas, dizer que aquele pessoal merece, eles merecem muito mais e a gente sabe que os governos, na medida do possível os governos vão, inclusive, investir mais, vão destinar mais construções de casas porque este é um meio de segurar o homem no campo, investe-se um pouquinho na energia na zona rural, é a sua casa, é uma infra-estrutura e nós vamos estar segurando o pequeno produtor no campo, que é ele que realmente coloca o arroz e o feijão lá na nossa mesa. E outra coisa também, Sr. Presidente, estive neste final de semana visitando a FUNASA, estive aqui em Porto Velho com o Josafá, que é o Diretor Geral da FUNASA, estive lá em Ouro Preto também num café da manhã com esse pessoal, que é o pessoal que trata das endemias no Estado, que cuida dengue, e uma preocupação muito séria que eles nos passaram, o Josafá e todos eles nos passaram, uma preocupação muito séria é a questão do aumento da dengue no Estado agora, principalmente ainda vai aumentar mais no período agora quando começam parar as chuvas e as dificuldades que eles têm para trabalhar. Então até nos sugeriram que nós fizéssemos uma indicação de uma investigação tanto no que compete à esfera federal, porque sabemos que a FUNASA tem um convênio federal, estadual e municipal. Então a sugestão seria uma investigação na esfera federal: o Governo Federal está cumprindo realmente com o seu trabalho, com as suas metas? Como está? Uma investigação também em nível estadual, o Estado também tem cumprido com as suas obrigações certinho, e os municípios também. Então, nos

pediram e nós estamos encaminhando a esta Casa a preocupação da FUNASA, do Josafá, na situação do funcionamento da FUNASA. Eles têm muita dificuldade de veículos, de motos para circular, de bicicleta, eles usam muito bicicleta também, quer dizer, uma coisa fácil até de equipar, uniformes, nos reclamaram também que há muita dificuldade na questão de uniforme. E agora também, essa já é uma parte do Governo Federal, estão com dificuldades nos repasses do veneno que eles usam no seu trabalho. Então estou trazendo a esta Casa estas informações que eu acho importante porque a FUNASA presta um trabalho relevante no nosso Estado de Rondônia. Fica assim então o nosso registro.

Muito obrigado pela palavra e oportunidade neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, sem aparte, o ilustre Deputado Luiz Cláudio.

O SR. LUIZ CLÁUDIO – Nobre Deputado Presidente Neodi, demais membros da Mesa, caros Deputados, imprensa aqui presente, servidores desta Casa.

Eu venho a esta Tribuna, Sr. Presidente, para declarar a minha alegria e aproveitar esta oportunidade para solicitar à Mesa que faça um encaminhamento ao Governo do Rio Grande do Sul, Governadora Ieda, ao Secretário de Estado da Agricultura, ao Presidente da Federação da Agricultura daquele Estado, Sr. Presidente, que é o seu Estado de origem, por atender ao pedido de Rondônia, nobres Deputados, que fomos numa missão representar Rondônia com relação à proibição a carne com osso e fomos lá no Rio Grande do Sul, ficamos lá dois dias e eles nos prometeram, depois de uma explanação que fizemos da questão da sanidade animal em Rondônia, que o trabalho que é feito em Rondônia é um dos melhores serviços sanitários do País, eles nos prometeram, não é Deputado Wilber, que após o dia 15 de março eles iriam se reunir e deliberar sobre essa questão, e realmente cumpriram. Ontem saiu uma nova Portaria do Governo do Rio Grande do Sul suspendendo aquela Portaria que proibia a comercialização de carne com osso naquele Estado. Então nosso Estado de Rondônia realmente agora pode exportar carne com osso para o Rio Grande do Sul e esta Casa teve uma participação, nobre Presidente, muito importante quando naquela ocasião nos dirigimos à Capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, para defender os interesses do Estado, e hoje o agronegócio da carne representa muito na nossa economia.

Também, Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Deputado Eduardo Valverde, do PT, que ontem me ligou me convidando para uma audiência hoje com o Ministro da Agricultura. Eu não pude ir, mas passei a bola para o presidente da Comissão de Agricultura, nobre Deputado Ribamar Araújo, que já se encontra na Capital, em Brasília, para uma grande audiência com o Ministro da Agricultura. E eu pude construir com ele, nobre Presidente, uma pauta de sugestões para o nosso Estado. Passei para o Deputado Ribamar que levasse ao Ministro que alocasse recursos para construção de uma CEASA aqui em Porto Velho, uma CEASA que vai ajudar na comercialização de todos os produtos hortifrutigranjeiros do Estado, com o objetivo de atender o nosso mercado grande, Manaus e quem sabe os países andinos. Também pedi para ele agradecer ao Ministro, que o Ministério da Agricultura também teve uma participação grande na questão do Rio Grande do Sul rever essa Portaria que proibia a comercialização de carne com osso, e hoje se encontra em Brasília o presidente da Comissão de Agricultura, Deputado Ribamar Araújo, numa audiência com o Ministro da Agricultura.

Mas eu quero aproveitar esta oportunidade, nobre Presidente, colegas Deputados, e quero deixar uma mensagem aqui, uma mensagem de alegria não só aos Deputados, mas também a todos os servidores desta Casa, àqueles que estão nos gabinetes, àqueles que estão na cozinha, àqueles que nos servem aqui neste Parlamento com relação à celebração da Páscoa. Numa reunião com Jesus Cristo, os discípulos perguntaram para o Mestre: "Senhor, aonde vamos comemorar a Páscoa?" E Jesus disse: "Vamos à casa de um mestre, lá nós vamos celebrar a Páscoa". E naquela ocasião a celebração da Páscoa no Antigo Testamento se comemorava a saída dos Israelitas do Egito. Moisés instituiu a celebração da Páscoa. Na semana da Páscoa, os judeus comiam muito pão sem fermento, tomavam muito vinho, mas quando os discípulos de Jesus perguntaram: "Mestre, aonde vamos passar a Páscoa?", eles foram para a casa, a casa de alguém naquela ocasião. E aí eu pergunto para vocês:

Aonde vocês vão passar a Páscoa? Qual é o significado da Páscoa para nós hoje cristãos? Quando Jesus, numa celebração da Páscoa, Ele pegou o pão, repartiu. Ele pegou o vinho, simbolizando o que iria acontecer com o mestre. O pão que era o Seu Corpo que seria crucificado na cruz pelos pecados da humanidade. O Sangue simbolizando o pacto de uma nova aliança, uma nova aliança de Ressurreição, de Redenção da humanidade.

Então, Sr. Presidente, a todos que entendem o significado da Páscoa, que é o significado do sacrifício de Jesus pela iniquidade dos homens, que entendem que a Páscoa não é mais um Jesus morto na cruz, mas um Jesus ressuscitado que está nos céus, na Sua glória, em toda majestade e honra intercedendo por cada um de nós. E é Ele que nós aguardamos, não mais um Cristo que sofreu, mas um Cristo glorioso que venceu a morte, que venceu a cruz, que ressuscitou nos dando a garantia e o selo de que nós também, todos aqueles que crêem no Seu sacrifício, todos aqueles que celebram a sua morte e a sua ressurreição terão também a vida eterna.

Então, a todos os servidores desta Casa que trabalham, que lutam, celebrem a Páscoa com alegria, não com tristeza, celebrem a Páscoa não apenas com um símbolo de um chocolate, mas celebrem a Páscoa com a felicidade de que Jesus Cristo é o Senhor supremo da sua vida, e que Ele realmente venceu por todas as nossas dificuldades, pelas dificuldades que os servidores desta Casa passam, pelas dificuldades que o povo do País passa, do mundo, mas pela alegria e pela esperança de dizer: Jesus Cristo é o Senhor da minha vida e com Ele tudo eu posso, com Ele eu vou ser um vencedor.

Por isso, nobres Deputados, todas as lutas que vamos enfrentar, todas as dificuldades que vamos passar, vamos vencer, porque Jesus Cristo é o nosso general. Ele realmente é o Filho do Pai que foi enviado a esta terra para que todos que crêem Nele possam ter a sua garantia de uma vida com alegria, de uma vida com felicidade, de uma vida com muita esperança.

Então a todos desta Casa, celebrem a Páscoa com alegria, celebrem a Páscoa com Jesus no coração, celebrem a Páscoa dizendo que cada um de nós é um vencedor em qualquer um dos projetos que você imagina que você tem sonhado nas suas vidas.

Portanto, nobre Presidente, que esta Casa seja uma Casa que a cada dia, que a cada momento possa o povo do nosso Estado sonhar que nós estamos fazendo algo de melhor para o povo, para a comunidade e para a sociedade do nosso Estado querido de Rondônia. A todos os servidores e servidoras desta Casa, a todos os colegas Deputados, boa Páscoa. Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, sem apartes, o ilustre Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, o público que nos dá o prazer de nos ouvir nesta manhã.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem à tarde, quase que no final da nossa sessão, fora apresentado aqui um Requerimento pedindo uma CPI, que estão chamando de CPI da isonomia. E nos últimos dias houve uma grande enxurrada de supostas denúncias contra o Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTERO, à proposta da ação da isonomia vencida pelo Sindicato a favor dos trabalhadores.

Inicialmente, cumpre ressaltar que essa ação, o titular dela é o Sindicato e não o advogado do Sindicato. Esses constantes rumores de falsas denúncias querem mudar a verdadeira situação vivenciada pelo SINTERO e pelos trabalhadores em educação, que após longos anos de luta a ação foi ganha a favor dos trabalhadores. Para se ter uma idéia, essa ação durou mais de 15 anos. Depois que o Supremo Tribunal deu por vencida a favor do Sindicato, ainda demorou 7 anos para que eles conseguissem receber esse dinheiro que era justo a eles. E essa briga, o antigo advogado do SINTERO, Dr. Luiz Felipe, queria prolongar ainda mais o sofrimento dos trabalhadores em educação, entrando com recursos, agravo mais agravo, etc. E o SINTERO, não concordando com esta ação, não concordando em ficar esperando mais, ele resolveu isso em assembléia geral. E quero aqui comunicar aos nobres Deputados que o advogado do Sindicato, juntamente com os trabalhadores em educação, realizaram dez assembléias gerais em nível de Estado, não foi somente em Porto Velho,

foram dez assembleias gerais realizadas nas delegacias dos municípios do interior, de onde foi deliberado em assembleia geral o valor que eles iriam então receber. Todos os cálculos foram apresentados para todo mundo e todos os servidores ficaram sabendo disso. E após essa longa batalha, então, o SINTERO venceu e no momento em que os trabalhadores estavam desesperados, esperando receber, continuar a briga inglória e totalmente descabida seria uma irresponsabilidade do Sindicato.

E eu quero ler aqui para os Srs. Deputados e nobres colegas o parecer, só para esclarecer aqui, qual foi o parecer do Ministério Público diante desse processo.

"Uma simples análise das planilhas de cálculos homologadas traz a lume valores absurdos, constando o excesso de execução e põe-se como medida de direito e justiça e como forma de evitar a exposição do Poder Judiciário a ridículo a novidade, determinando a realização de perícia. Não há qualquer meio jurídico dentro do nosso atual ordenamento que garanta a quem quer que seja enriquecer-se ilicitamente à custa de outrem que dirá à custa do dinheiro público".

O Juiz Wulmar Coelho completou: "Merecem exame os astronômicos valores lançados nos assoldadados temerários e injustificados."

Então, queridos, eu quero neste momento aqui, Sr. Presidente, o site até publicou ontem que a minha pessoa havia sido enganada pelo Deputado Miguel Sena, não houve nada disso, nós assinamos sim a CPI, já estava com oito assinaturas e não precisava mais de nenhuma assinatura para entrar com o pedido aqui no Plenário. Mas, diante do exposto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu estou aqui retirando a minha assinatura da CPI, e dizer a todos os filiados do SINTERO que o Deputado Ezequiel Neiva está aqui para brigar por aquilo que é justo, claro, conforme eu disse no dia da minha posse aqui ao Sr. Presidente e a todos os Deputados. Eu disse que estarei aqui como Parlamentar para defender o direito de todos, não apenas do pessoal da Saúde, mas da Educação, dos policiais militares, que sou um policial militar há 16 anos, tudo que for justo, claro e perfeito podem contar com a pessoa do Deputado Ezequiel Neiva.

E faço aqui este pedido, Sr. Presidente, retirando a minha assinatura daquele pedido de CPI contra o Sindicato dos Trabalhadores em Educação -SINTERO.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Com a palavra, pelo tempo de cinco minutos, o ilustre Deputado Tiziu Jidalias.

O SR. TIZIU JIDALIAS - Ilustre Deputado Neodi, Presidente desta Casa, também Mesa Diretora, pares, amigos Deputados, nobres colegas.

Quero cumprimentar aqui a todo público que aqui nos dá o privilégio de estar nos assistindo aqui na nossa galeria. Também quero cumprimentar a imprensa aqui presente e peguei, Sr. Presidente, esta Breve Comunicação apenas para fazer alguns lembretes de muitos e muitos discursos que tenho feito aqui nesta Casa, sempre em defesa daquilo que entendo ser de grandiosidade e de interesse da nossa população do Estado de Rondônia.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós continuamos vendo muitos absurdos acontecendo dentro do nosso Estado e é por isso que eu vou sempre me utilizar deste direito que o povo me deu de estar nesta Tribuna para estar com muita responsabilidade fazendo aqui estas cobranças, haja vista, como sempre tenho falado, um grande instrumento que cada um dos nobres Parlamentares tem dentro desta Casa é exatamente esta Tribuna para fazer aqui aquilo que os nossos cidadãos do Estado de Rondônia gostariam de fazer, já que eles não têm a oportunidade de fazer o que nós estamos aqui fazendo, nós fomos eleitos para isso, vinte quatro Deputados, sempre precisamos ter esta consciência.

Nobre Presidente e também Deputados, eu quero continuar falando sobre a grande necessidade que existe hoje de um órgão por nome CAERD, dentro do nosso Estado de Rondônia, passar por um processo de revitalização, passar, na realidade, por um processo na verdade de mudança radical, porque já não podemos mais continuar com esta velha CAERD arcaica da forma que ela está. Eu quero até, Sr. Presidente, dizer e dizer com muita propriedade e até na qualidade de empresário, se não se está dando conta de administrar a CAERD, vamos privatizá-la. Vai ficar muito mais bonito colocar em mãos de administradores para que de fato possam dar ao povo aquilo que verdadeiramente é direito deles. Água tratada é um princípio básico. Saneamento básico, na realidade, é um

princípio que dá direito a cada cidadão, a própria Constituição já nos dá esta garantia de que temos este direito, porque na realidade é simplesmente o direito de uma sobrevivência.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente dentro do Estado de Rondônia ainda não chegamos a 5% de saneamento básico, fato este que me fez inclusive nesta Tribuna, aqui já fazer uma denúncia que julgo ser de grande importância. Há poucos dias, me referindo sobre o município de Buritis, o município que eu volto a alertar está à beira de uma epidemia, porque já foi comprovado, através de uma pesquisa, que 100% da água daquele município está contaminada.

Então eu quero, Sr. Presidente, dizer e até reconhecer, não estou de forma alguma fazendo aqui, por favor me entendam, uma crítica direta ao nosso Governador, não, até porque já estive conversando com ele sobre este assunto e essa CAERD que aí está é uma má herança que este governo recebeu, mas eu espero e tenho confiança no Governador Ivo Cassol e sei que ele se sensibilizará porque nós já temos conversado e tenho certeza, Sr. Presidente, e fé em Deus, nobres Deputados, que ainda no Governo Ivo Cassol essa velha CAERD, arcaica como aqui já coloquei, ela passará por uma grande reforma, uma grande mudança e até quero dizer, mais uma vez, se possível que essa velha, antiga e arcaica CAERD seja realmente privatizada e colocada não mão de quem de fato possa ter a condição de hoje, através de empresas, através de empresários competentes do nosso Estado, administrá-la com muita competência e fazer uma mudança radical.

Eu quero aqui deixar muito claro, Sr. Presidente, nobres Deputados e imprensa aqui presente, eu não quero aqui citar nomes e não vim aqui hoje com a finalidade de criticar A ou B, eu estou criticando um sistema que não está funcionando, não está atendendo adequadamente a nossa querida sociedade do Estado de Rondônia, como da mesma forma, Sr. Presidente, e aqui é uma palavra sua e eu sei quanto que o nobre Presidente, na sua função de Deputado, nas suas nobres atribuições como Parlamentar nesta Casa, já tem falado pelos quatro cantos do Estado de Rondônia sobre o outro órgão também arcaico e que não está funcionando dentro do Estado de Rondônia, e aliás, diga-se de passagem, esse aqui já faz 20 anos que até já esqueceu qual é a sua verdadeira função dentro do Estado de Rondônia e eu estou falando do nosso INCRA.

Infelizmente, Sr. Presidente, é o mesmo INCRA que precisa ser arrancado da mão do Governo Federal e passado para administração deste Estado e tenho certeza que será muito melhor administrado porque só nós que sabemos as grandes dificuldades que os nossos agricultores têm passado. Pessoas que moram em cima dos seus lotes, produzindo há mais de vinte anos e que não têm sequer o privilégio de pegar um título definitivo das suas terras. Cidades, como também quero citar aquela região ali de Buritis, Campo Novo e muitos outros que não têm sequer o privilégio de ter um título definitivo do seu terreno de propriedade urbana. Se aqueles empresários que ali estão, pequenos ou médios ou grandes comerciantes quiserem, nobres Deputados, nobre Deputado Valter, nobre Deputado Luiz Cláudio, se eles quiserem construir um prédio hoje têm que construir com recursos próprios, porque não tem banco nenhum, Sr. Presidente, que vai financiar alguma coisa para algum cidadão que não tenha um título definitivo de uma terra. Por isso, nobre Deputado Alexandre, eu tenho sempre chamado atenção desses assuntos que julgo ser de grandiosas importâncias para o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, o senhor sabe muito bem, nobres Deputados, eu já falei muitas vezes aqui sobre a geração de emprego e renda, porque eu não acredito em um Estado que não invista neste segmento. Como empresário eu também tenho até a obrigação de estar sempre usando esta Tribuna para falar sobre o processo de industrialização deste Estado. Mas eu digo o seguinte, acompanhando o meu amigo e nobre Deputado Jesualdo, que eu também sou um companheiro dele nesse e em muitos assuntos e especialmente neste assunto que aqui eu vou falar: que vergonha, DNIT, que vergonha este órgão chamado DNIT. Como é que nós vamos falar de industrialização, como é que nós vamos falar de crescimento se a única BR que nós temos para trafegarmos, se o único meio de acesso que temos dentro do nosso Estado é a BR-364, é um caos, é uma vergonha, é uma calamidade pública. Eu pergunto, e não estou aqui incentivando nenhuma greve, até porque esta conversa já existe nos postos de gasolina, onde passam os nossos nobres carreiros, Sr. Deputado Neodi, nobre Presidente desta Casa, já está se falando em

greve, e eu pergunto ao DNIT, será que mais uma vez, vergonhosamente, os carreteiros, as pessoas que dependem desta BR têm que novamente fechar a única BR que temos pra chamar atenção da imprensa nacional para que vocês possam acordar para vida?

Eu quero deixar mais uma vez aqui a minha palavra de repúdio a este órgão incompetente, como tem demonstrado, e eu quero também fazer das minhas palavras a palavra do nobre Deputado Jesualdo. Já mandamos vários ofícios, este Deputado que aqui vos fala, também já encaminhei e também, Deputado, não recebi nenhuma resposta, aliás, em uma única resposta que tentaram me dar disseram, e muito claro, em um texto muito vago, que estava se pensando em fazer uma reforma. Aí eu pergunto: quem vai responder e aqui fica também uma resposta, um desabafo e um pedido aqui até de uma forma apelososa para nossa Justiça do Estado de Rondônia: quem vai responder criminalmente por todos esses acidentes e mortes que tem acontecido das nossas famílias, dos nossos cidadãos todos os dias nessa BR? Fica aqui a minha pergunta, quem irá responder criminalmente por esses crimes que tem sido cometidos todos os dias na nossa BR-364?

Portanto, Sr. Presidente, o último assunto deste dia eu quero aqui também chamar a atenção do nosso Governo Federal. Existe um programa, aliás, diga-se de passagem, é um belíssimo programa, mas ele precisa de fato ser concluído, ser colocado em prática. Imagine, Sr. Presidente Neodi, nobres Deputados, imagine, Deputado Luiz Cláudio, imagine, Deputado Valter, imagine, meu nobre Deputado Wilber, o cidadão que mora numa fazenda, que mora num sítio há vinte anos sonhando em beber uma água gelada, aí, de repente, chega esse tal programa de Luz Para Todos, que era o antigo Luz do Campo, agora é Luz Para Todos, aí de repente entra esse programa, quinze quilômetros de uma linha que tem cinquenta quilômetros, ou seja, mais trinta e cinco quilômetros de linha ficaram sem energia elétrica. Então, eu tenho até falado e tenho até mudado o nome do programa, e vou fazer justiça se um dia for necessário, vou vir aqui elogiar quando isso acontecer, aliás, eu espero que aconteça. Por enquanto não posso dizer que o programa é Luz Para Todos, eu prefiro continuar dizendo que o programa é luz para alguns, porque não são todos realmente que têm privilégio de ter a sua luz em todas as suas propriedades.

Então, Srs. Deputados, eu quero continuar dizendo, este é o programa Luz para Alguns, porque não tem sido luz para todos. E eu gostaria de deixar aqui também um pedido para o nosso Presidente da República, através é claro de seus representantes dentro deste Estado, para que possa realmente avançar dentro deste programa, que eu repito, é um programa bonito, mas precisa realmente ser colocado em prática.

Então, Sr. Presidente, quero agradecer a sua bondosa generosidade de mais uma vez me ceder este espaço. Nobres Deputados, quero aqui parabenizar o nobre Deputado Luiz Cláudio, que além de um grande Parlamentar hoje fez aqui um grande pronunciamento, mesmo num tempo muito reduzido, falando da grande importância da Páscoa, da ressurreição do nosso Salvador Jesus Cristo. E, na realidade, eu quero compactuar com todas as suas palavras, dizer que faço de suas palavras as minhas e quero desejar para cada um dos senhores, das senhoras, uma feliz Páscoa, que Deus possa continuar abençoando ricamente a cada um destes nobres Deputados, a cada um dos nobres servidores desta Casa, que ora passamos por várias dificuldades, mas eu quero também deixar aqui uma palavra, como diz a própria palavra do Senhor, tenham bom ânimo, tenhamos bom ânimo e que possamos seguir em frente, e podem ter certeza que dias melhores nos reservarão pela frente e eu tenho certeza, pela grande confiança que tenho no Deus, no Todo-Poderoso, criador dos Céus e da Terra, e com certeza, sempre quer o melhor para cada um dos seus filhos. Que Deus abençoe, que cada um possa ter uma feliz Páscoa.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Encerradas as Breves Comunicações passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra, pelo tempo de vinte minutos, com apartes, o ilustre Deputado Miguel Sena.

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. MIGUEL SENA – Gostaria aqui de cumprimentar o nosso Presidente, grande Deputado Neodi, e, em nome dele, cumprimentar todos os membros da Mesa; cumprimentar os colegas Deputados aqui, Deputado

Tiziu, e, infelizmente, não tive o prazer de ouvir todo o seu pronunciamento, e até antecipar Deputado Tiziu, porque o que eu vou falar aqui agora é baseado no pouco que eu pude ouvir das suas colocações. Cumprimentar também a imprensa aqui presente, cumprimentar o público aqui nas nossas galerias.

(Às 09 horas e 56 minutos o Senhor Neodi Carlos passa a presidência ao Senhor Jesualdo Pires)

Dizer que estou vindo agora de uma reunião com o Secretário da Fazenda já visando o bom andamento, o bom encaminhamento do nosso projeto de fazer um levantamento de tudo que está acontecendo no município de Guajará-Mirim e desse grande seminário que estaremos fazendo lá naquele município, confirmando inclusive a ida do Secretário da Fazenda também àquela localidade para participar das discussões. Agradecer ao Presidente pela confirmação também de estar conosco no encerramento daquele seminário e nas festividades também no dia 09, que é a véspera do aniversário de Guajará-Mirim, aquela tão sofrida cidade. Fazendo referência, companheiro TIZIU, no que diz respeito aqui ao que o nobre colega colocou a respeito da CAERD, e aí eu vou dizer ao companheiro Tiziu, ao grande Deputado, que eu falando com conhecimento de causa, Deputado Tiziu, porque eu ingressei na CERON em 1984, como funcionário da CERON, e nesse mesmo ano, nessa mesma época, nós fundamos, eu, o Inácio Azevedo, Eduardo Valverde e outros companheiros da CAERD, o próprio Tibério, na época o ex-presidente da CAERD, que foi presidente do Conselho Regional de Engenharia aqui no Estado de Rondônia, o Petrônio, onde nos deparamos, nós fundamos o Sindicato dos Urbanitários, era um sindicato que compunha as três empresas: CERON, CAERD e ELETRONORTE. Três empresas essas que a que dava menos trabalho para nós do sindicato era a ELETORONORTE, porque cumpria com seus compromissos, pagava seus servidores em dia e continua pagando, e depois vinha a CERON, vinha a CERON e nessa época de 84, 85 tínhamos também o BERON, tinha a CAGERO, tinha várias empresas aí, Deputado, que sobreviviam meio na marra. Por quê? Porque tinham muita interferência política. Você vê que essas empresas que nem a CERON, a CAERD, a CAGERO, a LOTORO foram todas empresas que faliram, que quebraram. Se V. Ex^a. analisar friamente comigo, a única que está sobrevivendo ainda é a CAERD. Agora, por quê? Se V. Ex^a. for analisar, fazer uma retrospectiva, não vamos muito longe, não, vamos a seis anos atrás, quando houve o primeiro acordo de gestão compartilhada, onde nós tínhamos uma empresa que estava trilhando o mesmo caminho das outras empresas, o caminho da falência, o caminho, vamos dizer, do estupro, para não dizer políticos que se houveram com essas instituições governamentais, com os bancos e com as empresas de economia mista ligadas ao Estado de Rondônia. De que forma? Era o Deputado indicando um presidente, não tinha compromisso nenhum, outro indicava o diretor financeiro, se você for procurar a fundo mesmo, você vai ver que o BERON, onde é que está o dinheiro do BERON? Se nós formos analisar aqui, até aprofundando um pouco mais a questão das estatais, nós vamos ver que o dinheiro do BERON está nas mãos dos políticos, está nos bolsos dos políticos, pode ver, pode procurar. Quer dizer, tomavam empréstimo, não devolviam, acabaram com o BERON, acabaram com a CERON, acabaram com todas as empresas. O que aconteceu? E aqui nós temos que dar a César o que é de César, que nem diz o outro companheiro nosso, dar a César o que é de César.

Na época, houve um entendimento por parte do Governador Bianco, e nós não fazíamos parte do governo Bianco todos sabem disso, a gente era do grupo Ivo Cassol, e o governo Bianco era governo Bianco, no final não deu certo, mas foi uma atitude muito honrosa, Deputado Tiziu, do governo Bianco ao reconhecer que a CAERD estava inadmissível. O que ele fez? Ele convocou os funcionários, convocou o sindicato e fez aquele acordo, aquele acordo de gestão compartilhada. O que seria gestão compartilhada? Seria uma forma do Governo e os empregados salvarem a empresa. Hoje a gente vem aqui e diz: o :- Olha, a CAERD é isso, a CAERD está falida. A CAERD está...

(Às 09 horas e 57 minutos o Senhor Jesualdo Pires passa a presidência ao Senhor Neodi Carlos)

O Sr. Maurinho Silva – Um aparte, Deputado?

O SR. MIGUEL SENA - Pois não, Deputado.

O Sr. Maurinho Silva – Eu queria parabenizar V. Ex^a. neste momento, quero dizer que tenho acompanhado, como consumidor, como cidadão, de seis anos para cá, teve uma evolução muito grande com essa implantação da gestão compartilhada. Antes a gente só via greve, briga. E aproveitar para dizer que o principal problema da CAERD era investimento. Estão sendo poucos os investimentos? Estão, mas de 4 a 5 anos para cá a gente vem notando que ela vem se expandindo, que ela vem regularizando, que ela vem combatendo e a água que chega na minha casa, graças a Deus, é de boa qualidade. Tem alguns lugares que foram feitos vários investimentos, inclusive lá na Zona Leste, na região do Cuniã ainda tem muito por fazer, porque é uma situação de penúria, como V. Ex^a. bem lembrou, Deputado, RONDONPOUP, BERON, tudo foi para o ralo, mas graças a Deus, com a sabedoria do Executivo, com o esforço dos funcionários da CAERD, a CAERD conseguiu se manter e está conseguindo andar com passos próprios praticamente.

Eu vou fazer algum aproveitamento aqui e dizer que a CAERD também tinha alguns problemas, que não eram os pequenos consumidores, eram os órgãos públicos que às vezes deixavam de pagar. Eu acho que até a nossa Casa de Leis tem que se esforçar um pouco mais para quitar o retroativo, eu acho que não é pouco. Há um ano ou 8 meses atrás era em torno de dois milhões de reais. E vamos aproveitar, vamos trabalhar no sentido, como o Governo está fazendo uma parte nesse sentido, eu vejo praticamente todos os meses na Secretaria de Saúde, o pessoal lá no dia-a-dia, parabenizar o Executivo nessa parte também que vem fazendo, Deputado Miguel, e dizer que são dúvidas essa questão de dizer, é lógico que nós queremos que em Porto Velho haja 80 a 90% de saneamento básico, mas isso é uma questão arcaica que a gente às vezes vê só falar no discurso, mas a gente vê que tem evoluído nesse sentido e se Deus quiser nós vamos trazer grandes investimentos nesse sentido.

Muito obrigado, Deputado Miguel.

O SR. MIGUEL SENA – Obrigado, Deputado Maurinho, pelo seu aparte. Só dando continuidade, a empresa hoje, Deputado Tiziu, é uma empresa, sem dúvida nenhuma, ainda deficitária. É uma empresa que, em primeiro lugar, começou a pagar pelo menos os salários dos servidores, que anteriormente nem o salário dos servidores a empresa pagava. Começou a pagar os seus impostos funcionais, que antes nem isso fazia. E hoje, o que a empresa tem para receber, Deputado Maurinho, dos órgãos públicos, é um recurso muito alto. Se as Prefeituras pagassem o que devem para a CAERD, com certeza a CAERD seria outra. Mas de qualquer forma, gostaria de dizer ao Deputado Tiziu que hoje a empresa é uma empresa que começou andar com as próprias pernas, é uma empresa que eu perguntaria aos Srs. Deputados: caso houvesse uma privatização da CAERD, caso houvesse uma municipalização da CAERD, como houve no município de Vilhena, aqui **data venia** ao colega Donadon, ele não está aqui, mas se você vê hoje o alto índice de inadimplência na CAERD no município de Vilhena é muito grande. Por que é muito grande? Porque as Prefeituras não têm aquela responsabilidade de levar realmente a água tratada, de fazer com que o consumidor pague a sua água, a própria Prefeitura não vem com sua parte de pagar o seu consumo. Enfim...

O Sr. Jair Miotto - Um aparte, Deputado?

O SR. MIGUEL SENA – Pois não, Deputado.

O Sr. Jair Miotto – Eu gostaria de dizer a V. Ex^a. que a questão dos municípios, que o município de Monte Negro realmente tem uma dívida com a CAERD, só que com o que a CAERD tem lá em Monte Negro não abastece 10% da cidade de Monte Negro. Toda estrutura que a CAERD usa lá é do Município. Eu, quando Prefeito, nesses 08 anos, investi, consegui recursos na Fundação Nacional e investi dois milhões e duzentos mil reais na estrutura de abastecimento. Nem o abastecimento de Ariquemes é qualificado como o de Monte Negro. E a CAERD nunca fez o encontro, nunca aceitou, que eu já propus, procurei inclusive a sua pessoa quando era Diretor da CAERD para fazer um encontro com a CAERD e remunerasse o Município de outra forma, e a CAERD lá no município de Monte Negro ela

que usa igual a outros municípios que eu tenho conhecimento, que a CAERD usa a estrutura do Município para vender água para o povo.

O SR. MIGUEL SENA – Só um esclarecimento, Deputado. V. Ex^a. disse que a Prefeitura investiu. Foi a Prefeitura que investiu ou foi o Governo Federal que investiu?

O Sr. Jair Miotto - Foi o Governo Federal em convênio com a Prefeitura.

O SR. MIGUEL SENA – Então, Deputado, a CAERD tem débito com a Prefeitura, tem com o Estado, concorda comigo? Se fosse a Prefeitura que estivesse investido, aí sim.

O Sr. Jair Miotto – Mas a Prefeitura teve a contrapartida, Deputado. Além da Prefeitura ter a contrapartida...

O SR. MIGUEL SENA – A contrapartida é o quê? Dez por cento, Deputado.

O Sr. Jair Miotto – A Prefeitura que viu a necessidade do povo, que nós mandamos inúmeros ofícios para a CAERD e nunca fomos atendidos, e o Prefeito, vendo a necessidade do povo, correu atrás dos recursos em Brasília e está aí, o povo está sendo atendido, mas pagando água para a CAERD.

O SR. MIGUEL SENA – Mas é exatamente isso que eu estou explicando, Deputado. O que acontece? O que acontece é que nunca houve investimento na CAERD. O Governo do Estado nunca investiu e não foram só os governos anteriores não, o nosso governo. Eu falei agora com o Governador Ivo Cassol, o Governo do Estado nunca investiu um real na CAERD. Se V. Ex^a. ver, que nem eu disse aqui, os estupros que houveram com governos anteriores, graças a Deus, o nosso governo, pelo menos o Governo Ivo Cassol paga a sua energia, aliás, a sua água em dia, todas as Secretarias pagam, esta própria Casa, a Assembléia Legislativa nunca pagou água para CAERD, nunca. Inclusive há uma proposta para se negociar. Então, como é que uma empresa pode ser saneada, se os próprios órgãos não fazem a sua parte? As Prefeituras não pagam, e os governos anteriores não pagavam água, a Assembléia nunca pagou água. Como é que fica a situação de uma empresa dessa, Deputado Tiziu? Aí é que nós temos que discutir.

Para encerrar, eu só gostaria de requerer a esta Casa aqui que nós convidássemos os diretores da CAERD para estarem aqui conosco, para virem explicar o que era a CAERD antes e o que ela é hoje. Os diretores apresentando os funcionários da CAERD e, diga-se de passagem, muito bem representada, os diretores que representam os Sindicatos, os ex-companheiros que trabalharam comigo no Sindicato dos Urbanitários, Wilson como diretor técnico e o Armando Nogueira como diretor administrativo-financeiro, são realmente quem carregam aquela empresa nas costas, estão de parabéns aqui e gostaria de salientar.

Da mesma forma, eu estive lá como Presidente do Conselho da CAERD, depois fui como Presidente executivo da empresa, onde fiquei até março e abril do ano passado. Quer dizer, é uma empresa que tem tudo para dar certo, agora, precisa de investimento. Precisa que as Prefeituras tenham responsabilidade e façam aquilo que é preciso ser feito, que é pagar o seu consumo de água. Da mesma forma a gente fica analisando, caso haja uma municipalização da CAERD, tem Prefeito, Deputado Tiziu, que nem saúde consegue fazer. Tem Prefeito que todo o recurso que vem para Educação, ele não consegue pagar os professores, não consegue fazer Educação, não consegue limpar as ruas. O que a gente vê é que há uma grande maioria de Prefeitos que não consegue administrar. Agora você imagine uma empresa deficitária, porque também, Deputado Neri, V. Ex^a. sabe muito bem disso, tem distritos aí que não conseguem nem pagar o funcionário da CAERD, porque não arrecada. É serviço social. Você vê ali perto de Médici, em Estrela de Rondônia, tem dois funcionários da CAERD lá, Deputado Tiziu, e a CAERD lá não arrecada mil reais. Quer dizer, tem uma despesa de dez, vinte mil reais por mês com produtos químicos, com isso e com aquilo outro. Quer dizer, então tem o serviço social que também

não é visto pelas as pessoas. Então, essa análise que eu gostaria de pedir aos colegas. A deficiência da CAERD a gente sabe que, principalmente aqui no município de Porto Velho, não é só no interior, se formos analisar no interior já foram feitos muitos investimentos. Foram feitos investimentos em Rolim de Moura, nós fizemos 12 quilômetros de rede de água, em Jaru nós fizemos 18 quilômetros de rede de água, em Ouro também, em Ji-Paraná da mesma forma, em Guajará-Mirim também, em Nova Mamoré e em todos, em quase todos os municípios que precisaram nós fizemos grandes investimentos, a CAERD fez grandes investimentos.

Agora, com certeza, o Estado também tem que fazer a sua parte, Deputado. Então seria isso aí e requerer aqui uma data para nós convocarmos aqui não só a Presidente da CAERD como toda a diretoria e o sindicato também, para estar aqui conosco para explicar como é que a empresa se encontra hoje.

E dizer aqui também, só finalizando, a questão da assinatura da CPI, que tinha sido feita pelo nosso companheiro Ezequiel. O Deputado Ezequiel fez, depois conversou comigo, o Deputado Tiziu também conversou comigo sobre a questão, a respeito da assinatura do nosso companheiro Ezequiel Neiva, até por uma questão mesmo do Deputado Ezequiel Neiva ser irmão do Presidente do SINDSAÚDE, do Silas, realmente ficaria muito incômodo para ele a assinatura no pedido de CPI. Nós entendemos isso e eu não tenho dúvida que está sendo aceito o seu pedido de retirada da assinatura da CPI. Nós ficaremos com 14 assinaturas nessa CPI. Não tenha dúvida que entendo a sua posição, eu entendo que ser irmão do nosso companheiro Silas, que vem desenvolvendo um grande trabalho à frente do Sindicato da Saúde, eu digo porque quando eu era Secretário de Estado da Saúde, o Silas, na época, ia muito comigo e sempre foi uma pessoa que defendeu os trabalhadores da área da Saúde, sempre administrou bem aquele Sindicato, Silas. E também eu estarei requerendo, informar à imprensa aqui, estarei requerendo também, dentro desta CPI, logo que ela seja nomeada, eu gostaria de que cada Sindicato combativo indicasse também um membro extra-oficialmente, e a própria Central Única dos Trabalhadores, Silas, também indicasse um membro da Central Única dos Trabalhadores para acompanhar estes trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, para evitarmos que haja alguma posição de que é retaliação.

Então, fica aqui o convite registrado nos anais desta Casa. E eu estarei oficializando isso às entidades e às instituições de Sindicatos combativos, bem como à Central Única dos Trabalhadores, estarei fazendo questão que eles indiquem um membro para nos acompanhar neste trabalho parlamentar. Obrigado.

O SR. Presidente (Neodi Carlos) – Quero aqui, em nome do Deputado Tiziu Jidalias, registrar a presença aqui do Dr. Fernando Martins, advogado do município de Ariquemes. E com muita alegria, também, registrar a presença do senhor Neucir, lá da Assembléia do Estado do Paraná, nos visitando aqui. Também em nome do Deputado Valdivino, registrar a presença aqui do senhor Hélio Borba, empresário lá do município de Cacoal, também do senhor Val, da Rondônia Veículos, lá do município de Cacoal. E registrar, também, a presença do Presidente do SINDSAÚDE, senhor Silas, que é irmão do nosso querido Deputado Ezequiel Neiva.

Com a palavra, com um tempo de 20 minutos, com aparte, o ilustre Deputado Neri Firigolo.

O SR. NERI FIRIGOLO – Sr. Presidente, nobres Parlamentares, eu estava ouvindo alguns pronunciamentos e confesso que eu tenho muita preocupação, até porque nós estamos em um momento, junto com a bancada federal, de fazermos um acordo para que o Estado não seja prejudicado, e de repente acontecem certos fatos em que não são analisados no âmbito estadual juntamente com a questão da bancada federal, e hoje pela manhã eu já senti que está abalando este tratado, este compromisso na questão da esfera federal. Alguns Deputados, de alguns partidos, já convocaram uma reunião, até para discutir novamente estas questões. E eu confesso que estou preocupado porque de repente a gente poderá jogar por terra tudo aquilo que se vem discutindo há muito tempo.

Eu estive, ouvi, aqui, os pronunciamentos de algumas pessoas e eu sou prova na questão da CAERD que no mandato de 86 a 90 os funcionários da CAERD praticamente estavam sempre em greve porque

não conseguiam nem receber seus salários. A CAERD chegou a fechar as portas, praticamente, e houve uma proposta inclusive do sindicato numa ação compartilhada com o Governo do Estado, foi onde conseguiram salvar a CAERD do fracasso que estava naquele momento. A gente sabe que tem deficiências, a gente sabe que tem problemas, mas comparando a CAERD daquela época com a CAERD de hoje, com certeza eu diria que está mil por cento melhor do que estava naquela época. Eu só estou colocando, até porque tem muitos funcionários que são de diversos partidos e estão lá dentro e se dedicaram, assumiram o compromisso junto com o Governo do Estado para que pudessem levantar aquela empresa. Sei que falta muito, mas com certeza ajudaram a tirar a CAERD daquele buraco. Eu me preocupo também com algumas questões que a gente discute, como a questão do INCRA. Eu acho que é preciso que a gente tenha um pouco mais de conhecimento profundo, como é que está a situação do INCRA em nível de país. Eu gostaria apenas de citar apenas um fato, estive conversando uma hora e meia com o coordenador geral de todo o país, aqui mesmo em Porto velho, com referência às questões que envolvem o INCRA, que hoje eu sei que o INCRA está inadimplente, não funciona, está amarrado, tem um monte de problemas. E aquele diretor me dizia, na época, que quando houve aquele fato lamentável, em Belém do Pará, que foi assassinada aquela irmã que estava naquela região, o Presidente Lula determinou que fosse feito um levantamento das terras da União em todo o país. E para que eles pudessem fazer um levantamento em nível de todo o país, eles tinham que ter conhecimento das leis que, infelizmente, são leis de 42 anos atrás, que eram as leis constituídas dentro do INCRA, que davam direção à questão da reforma agrária daquela época. E de lá para cá quase que nada ou pouco foi feito para que se mudasse estas leis. E ele me dizia que naquelas leis de 42 anos atrás somente os terrenos de 100 hectares poderiam ser titulados ou doados para a população sem licitação. Caso contrário, todas as áreas acima disso precisariam passar por uma licitação, e, infelizmente, esta lei ainda está em vigor. Com isto, muitas vezes, muitas coisas ficaram amarradas. E ainda disse mais, que a própria lei ainda diz que somente áreas acima, ou seja, até dois e poucos hectares, acima deste conteúdo teria que ter uma licença do Congresso. E eles se depararam, no Brasil inteiro, com fazendas de setenta, oitenta mil alqueires, que no fundo, no fundo, baseados nas leis que existem no INCRA, são terras que têm escritura pública, que têm um monte de documentos, e na realidade, perante a lei, seriam ilegais. E isto está sendo revisto em todos os cantos do Brasil. Ele me dizia, ainda, que na região de Belém do Pará, ou seja, no país todo, a União tinha apenas um milhão e cem mil hectares de terras e, hoje, baseado neste levantamento em Belém do Pará, Macapá, Amapá, Acre, Rondônia, enfim, o levantamento que eles estão fazendo já passou de duzentos milhões de hectares que é terra da União. Inclusive nossa cidade, Porto Velho, se nós formos ver, a metade ou mais da nossa terra, de Porto Velho, pertence à União.

Então, eu me preocupo quando a gente pensa que o INCRA estadual, que seria um dos maiores problemas de todo o país, não teria nem como autuar porque as terras pertencem à União e teria que se mudar a legislação federal e uma série de coisas. Eu estou colocando isso até para que a gente muitas vezes não levante problemas e acaba criando confusões dentro daquilo que deve ser realmente dito. E eu tenho certeza que dentro em breve vai haver muitas mudanças na questão da reforma agrária. E o pior de tudo é que foi criado no mandato do ex-Presidente, no final do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, um fórum especial. E o fórum especial não só se ateu às questões políticas. Diz ainda no fórum especial que qualquer cidadão, seja ele grande, que ocupe uma área, ou se um grupo de produtores ocupe uma área durante dois anos, o INCRA não pode nem sequer fazer um levantamento, porque senão responderá processo por causa da lei que está lá. Então, foi amarrada esta questão toda da União e que muitas vezes a gente não conhece profundamente isso.

Eu digo mais, eu não sei como surgiu e quem surgiu, houve uma vez uma matéria em nosso Estado quando, eu acho que em um momento, até impensado, o senhor Governador disse que iria ocupar as áreas de preservação e até áreas indígenas, e hoje tem um processo, em nível federal, não queria me ater neste sentido, queria colocar o que isto gerou em nosso Estado. Um Juiz do Rio de Janeiro, que é do Meio Ambiente, propôs uma ação em nível federal e saiu uma liminar que atingiu o nosso Estado de Rondônia. Hoje nós temos um assentamento na região de Vale

do Mamoré, ou seja, lá em baixo, perto da Bolívia, que estão os assentamentos, sem poder participar da Bolsa Família, sem poder participar da questão de maternidade, enfim, uma série de documentos porque esta liminar que foi dada na Justiça, que foi por um Juiz do Rio de Janeiro, que diz que a dez quilômetros das áreas indígenas, a dez quilômetros das áreas de preservação ninguém pode chegar perto. Então, muitas vezes o que nós vamos dizer aqui na Tribuna poderão acontecer algumas coisas que poderão gerar muitos prejuízos no futuro. Por isso que eu sempre coloco isso para que as pessoas não tenham dúvida daquilo que fazem.

(Às 10 horas e 21 minutos o Senhor Neodi Carlos passa a presidência ao Senhor Ezequiel Neiva)

O Sr. Neodi Carlos – Um aparte, Sr. Deputado.

O SR. NERI FIRIGOLO – Pois não, daqui a pouquinho. Eu acredito que nós precisamos, como eu sempre disse, pensar nas nossas ações aqui para que a gente não possa criar um certo clima e que venha prejudicar o nosso Estado. Nós sabemos - só um minuto que eu darei o aparte -, nós sabemos a questão do Planaflo, que é outra questão que nós precisamos saber. Naquela época, de 86 a 90, foram dadas algumas áreas do Estado de Rondônia como garantia ao Banco Mundial, como é o caso de Bom Futuro e de Buritis. E que por outras ocasiões, depois muita gente entrou e invadiu, sei lá o que aconteceu, e que hoje não existem possibilidades do Governo Federal negociar porque está como garantia no Banco Mundial. Então, eu acho que nós precisamos ter um pouco mais de cuidado com estas colocações, porque são colocações que de repente poderão gerar até coisas que não são desejadas por nós e que prejudicam nosso Estado.

Pois não, Deputado Neodi, com o maior prazer.

O Sr. Neodi Carlos – Eu quero agradecer o aparte e dizer da importância, Deputado, dessa discussão que ora V. Ex^a. levanta aqui nesta Tribuna desta Casa da questão fundiária do nosso Estado. V. Ex^a. coloca com bastante detalhes a questão da incapacidade de gerenciamento das terras públicas não só em nível de Rondônia como em nível de país. Aí a propositura nossa da questão da discussão da Audiência Pública do dia 04 para discutir e fazer com que o Governo Federal, que o Governo do Estado, aliás, assumam a responsabilidade das terras de Rondônia. Porque não dá para se admitir, Deputado, que assentamentos que há 20 anos, mais de 20 anos foram implantados no Estado de Rondônia que até hoje os agricultores que moram e que produzem nessas terras não tenham ainda o título de propriedade para que possa fazer, passar as escrituras públicas. Isso realmente é vergonhoso, demonstra a inoperância, ineficiência do INCRA hoje em nível de Brasil. Eu estive, na Legislatura passada, no mês de março de 2003, em Brasília, com o Ministro. Realmente existem leis arcaicas, onde, por exemplo, nós vivemos num país capitalista e onde um cidadão que pega uma terra pelo INCRA está fadado a morrer ali só com aquele pedacinho de terra. Ele não pode produzir, prosperar e comprar um pedaço de terra do lado da terra que ele possui. Então realmente são leis arcaicas, ultrapassadas e que precisam ser revistas, e por isso que o Estado de Rondônia precisa assumir de fato e de direito as terras do Estado de Rondônia, que, no meu entendimento, quando o Estado de Rondônia deixou de ser território e passou a ser Estado já deveria o Estado de Rondônia, na época, ter sido repassado para Estado. Está com um Juiz lá do Rio de Janeiro que nem Rondônia conhece, vem legislar aqui em Rondônia, decretar aqui uma reserva que ele nem conhecimento tem com isso, prejudicando todo o povo trabalhador e honrado do nosso Estado.

Então, nós, Deputados estaduais, precisamos, a partir desta Legislatura, e já iniciamos isso fazendo com que realmente o Estado de Rondônia seja respeitado, para que nós possamos legislar, fazer aqui as leis do Estado de Rondônia serem cumpridas e que nós que moramos aqui, que sabemos a dificuldade do nosso povo, possamos, na medida do possível, minimizar o sofrimento e regularizar as coisas irregulares que tem no nosso Estado de Rondônia.

E o INCRA, realmente, Deputado Neri Firigolo, não é só essa última gestão, não, há muito tempo que no Estado de Rondônia ele vem capenga. A prova disso é que, inclusive, em Ji-Paraná, esses dias conversando com o Prefeito Bianco, que já foi Governador do Estado de Rondônia, me dizia,

e para mim foi surpresa, que no município de Ji-Paraná, Deputado Jesualdo, que é o município de V. Ex^a., tem centenas de terras que ainda não têm título de propriedade. Isso é vergonhoso, um município que é um dos municípios mais velhos do Estado de Rondônia, grande parte das suas terras ainda não tem o título de propriedade.

Então, chegou o momento, chegou a hora de nós realmente fazermos uma discussão profunda que o Estado, o Governo do Estado precisa assumir, eu tenho certeza que a Bancada Federal, os 08 Deputados Federais, os 03 Senadores estarão do lado do povo do Estado de Rondônia e nós faremos um coro, todos nós juntos aqui em defesa do nosso povo do Estado de Rondônia, para que realmente a gente possa desenvolver este Estado. Eu não vejo outra saída para o desenvolvimento do Estado de Rondônia a não ser a partir do setor produtivo do nosso Estado. E vou repetir aquilo que eu tenho falado, hoje esse programa do Governo Federal, da questão do biocombustível, isso é importantíssimo, mas esqueçam, se nós não tivermos a regularização fundiária do nosso Estado realmente concretizada nós não teremos aqui um programa desse implementado e realmente fazendo com que a diversificação das culturas, para que o agricultor tenha uma oportunidade a mais, porque nós sabemos que a carne, o boi do Estado de Rondônia tem um diferencial enorme em relação ao Mato Grosso e outros Estados, o preço, o diferencial é muito grande, chega a mais de 20%, isso realmente tem prejudicado.

A questão climática, a questão da produção do café, os últimos dois anos, quem conhece o Estado de Rondônia e conhece a área rural do Estado de Rondônia sabe que a produção de café ficou prejudicada por conta da seca que nós tivemos em 2005 e 2006. Então o nosso agricultor hoje ele está literalmente quebrado, falido, o setor produtivo do nosso Estado de Rondônia hoje. O biocombustível é uma saída, é uma diversificação de cultura onde você terá lá um alqueire ou dois que se possa plantar cana, possa plantar o girassol, enfim, para produzir o biodiesel, o biocombustível. E se nós não tivermos o documento das terras para que o agricultor possa no banco buscar um financiamento com juros baixos, com juros subsidiados, nós não teremos essa produção. E hoje o Governo Federal tem várias áreas de fontes de financiamentos subsidiados, financiamentos com juros baixos, que se tiver o documento das terras você tem acesso a esses financiamentos, se não tiver também não terá o acesso a esse financiamento. Então é importante, Deputado Neri Firigolo, que essa discussão realmente seja levada à frente. Agora, é preciso reconhecer a falência em nível nacional de um órgão que é tão importante e tão vital para o desenvolvimento, não só do Estado de Rondônia, mas como todo o Brasil. Nós estamos aqui no Estado de Rondônia, precisamos falar do nosso Estado. O nosso Estado imperiosamente precisa de uma decisão rápida para este assunto.

Muito obrigado.

(Às 10 horas e 28 minutos o Senhor Ezequiel Neiva passa a presidência ao Senhor Neodi Carlos)

O SR. NERI FIRIGOLO – Eu agradeço o aparte, Deputado Neodi. V. Exa. sabe muito bem que eu sempre privei para discussões daquilo que interessa ao Estado de Rondônia. Eu apenas estou colocando isso, não estou aqui fazendo uma defesa do INCRA em nível federal porque a gente sabe que existe muita coisa que vem do passado, que está enterrada e que não é de uma hora para outra que você modifica essas leis.

Eu gostaria de dizer mais. Houve uma mudança pequena no módulo, até em nível nacional, que muitas pessoas até não divulgam e quem me disse isso era o coordenador geral, é de que eles conseguiram aumentar esse módulo de 100 hectares sem licitação para 500 hectares. Já existe hoje, dentro do Meio Ambiente, através de um pedido da Marina Silva, para que se legalizem essas áreas de até 500 hectares sem licitação, até porque nós fomos olhar as áreas do nosso Estado, automaticamente todas foram invadidas. E eu gostaria aqui de colocar, até uma questão que muitas vezes é mal entendida, quando o pequeno produtor entra numa área ele é invasor e quando o grande entra e se ocupa o Estado, também é o mesmo invasor. Eu acho que tem que se dar o tratamento de igualdade tanto para o pequeno quanto para o grande, até porque a Constituição Federal diz que nós somos brasileiros e temos direitos e deveres iguais perante a lei. Então, eu acho que essas coisas têm que se ter mais atenção e eu gostaria inclusive, Deputado Neodi, que essa Audiência Pública, essa

questão do debate sobre a questão das terras do Estado de Rondônia, realmente a gente pudesse fazer uma discussão aprofundada, porque a gente sabe que é um dos problemas muito grandes. E muitas vezes a gente culpa somente o INCRA daqui. Se a gente for olhar quanta gente dentro do INCRA foi presa por ações criminosas, essas coisas todas. Então é difícil hoje você administrar um órgão que já vem com uma série de vícios do passado e que realmente, além disso ainda tem esse foro especial, que é uma das piores leis que tem este país, para que nenhum político seja punido, para que ninguém possa ser punido realmente como cidadão. Infelizmente são questões que estão aí para que a gente possa resolver.

Na questão da Luz do Campo, eu gostaria até de fazer um esclarecimento. Quando houve o programa Luz para o Campo, existiu um levantamento feito pelas regiões do Estado, pelos órgãos competentes do Estado, para que se fizesse um levantamento de quem fosse atendido. E as licitações, eu gostaria até, se fosse possível, se depender da Casa, até convocar o Presidente da CERON, para que ele venha aqui dar esse esclarecimento, que eu acho que isso é muito importante até para que esclareça essas coisas. Foram feitas licitações e essa Luz do Campo ela é atendida por fases, não tem como você atender metade de uma linha de um lado, com a outra metade se apenas aquela metade daquela linha entrou naquele projeto levantado para que fosse feito na primeira etapa. A segunda etapa vai ser atendida numa segunda licitação. Então muitas pessoas não entendem porque que a rede passou de um lado de uma estrada e no outro lado não atende. É justamente a questão burocrática da questão das licitações que foram feitas no começo, até um pouco apressada, mas que numa primeira fase ou numa segunda fase ou até numa terceira fase com certeza será atendido.

Então, esse é um dos problemas, Deputado Tiziu, que está emperrando muitas vezes a Luz Para Todos chegar até a propriedade. E tem algumas preferências, onde tem mais aglomeração de gente, assentamentos, áreas indígenas, enfim, esse também é um outro item que é levado em consideração na questão do projeto. Eu estou colocando apenas estas questões, até porque eu acho que a gente tem que fazer uma discussão mais aprofundada para que a gente possa realmente entender esses projetos e ver no que a gente pode contribuir. A gente pode contribuir, no que é que a gente pode contribuir para que esses projetos andem mais rápido? Como é que a gente pode ajudar na questão até da orientação do nosso povo? Eu participei de algumas reuniões do Luz Para Todos, no mandato passado, e que ficou bem claro, tem algumas áreas, por exemplo, que não tem como, tem os conflitos dos municípios, muitas vezes a licitação do município foi feita como uma região prioritária, pode até passar na divisa, muitas vezes não é atendida.

Então, tem uma série de coisas que nós precisamos entender, até para que a gente possa contribuir. E eu gostaria que até, Deputado Neodi, eu não estou aqui fazendo uma crítica, mas eu vi uma matéria aqui com respeito àquele projeto dos pescadores de ontem, onde coloca aqui uma manchete "Seguro defeso é proposto como uma maneira de compensar os pescadores". Esse seguro defeso é área federal. Não cabe a nós da Assembléia Legislativa determinar que o IBAMA vá fazer alguma coisa para os pescadores ou o defeso federal vai fazer alguma coisa para os pescadores. Eu, inclusive, recebi um telefonema agora que um jornalista não quis até se identificar chamando nós de analfabetos. Porque é claro que o IBAMA é um órgão federal, então não tem como você dizer que nós vamos fazer com que o IBAMA cumpra a questão dos pescadores que vão ficar sem o problema de pescar. Nós precisamos ter conhecimento disso até para não deixar matérias como essa irem para a imprensa porque todos nós seremos prejudicados.

Então, eu acho que nós precisamos, aquilo que eu disse, eu estou aqui para ajudar, para colocar o pé no chão, quando for tomar uma atitude, que a gente tome uma atitude analisando a questão toda do Estado. Eu estou preocupado com essa questão do SINTERO. Estou preocupado, porque eu sei que ontem o Secretário de Educação disse que demitiu quase 700 professores que foram contratados antes das eleições sem necessidade. E eu sei que haverá denúncia disso por parte do SINTERO que vai propor essa ação. Quem que vai perder com isso? O Estado. Eu acho que nós precisamos ter conhecimento do que nós estamos fazendo, analisar com frieza e eu gostaria, inclusive, até de parabenizar o Deputado Ezequiel Neiva, no conhecimento das questões jurídicas. Se houve um acordo junto com a esfera federal, nós precisamos ver o que tem esse

acordo com a esfera federal. Como é que a Justiça Federal aceitou esse acordo? Eu tenho dúvida em cima disso. Não estou aqui defendendo quem está envolvido, se tiver alguma coisa no SINTERO que a coisa vá para a frente, não tenho nada a ver com isso, mas eu acho que é preciso que a gente coloque essas questões como questões do Estado, porque eu tenho certeza que o que eu vi ontem vai se deflagrar uma greve no Estado inteiro. E quem vai perder? São os nossos alunos. Eu acho que nós precisamos repensar essas questões para que a gente não prejudique o Estado e depois a gente vai chorar aquilo que acontece mais na frente. Eu estou apenas colocando aqui, dando um puxão de orelha em todos nós para que a gente possa fazer essas ações, com certeza com mais segurança, com mais tempo, que não seja jogado de uma hora para a outra, de goela abaixo, porque a gente pode realmente se arrebentar lá na frente.

Eu me lembro muito bem do projeto do zoneamento agrícola, quantas e quantas reuniões, quantas e quantas vezes encheu esta Casa aqui, a gente correndo o risco de ser agredido por ações que foram feitas erradamente, feitas de fotos aéreas, sem um estudo mais profundo. Gastaram milhões e milhões e ficou a situação complicada. O que eu quero, o que estou dizendo aqui é que eu estou aqui para contribuir naquilo que eu acho que deve ser repensado e deve ser feito realmente com calma, temos 04 anos para decidir essa coisa. Não vamos decidir as coisas de goela abaixo como aconteceu no mandato passado, quando foi proposto um projeto de gratificação para as pessoas estaduais em nível de Estado e não deixava que as pessoas que estavam no Estado participassem dessa gratificação se estivesse a serviço de uma Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Deputado, V.Ex^a. tem um minuto para concluir.

O SR. NERI FIRIGOLO – Com certeza, já concluirei. O que aconteceu? O próprio Presidente do Sindicato assumiu o compromisso dizendo que aqueles funcionários iriam receber. Até hoje, já faz 3 anos que eles são funcionários estaduais, que estão no município e que estão sem a gratificação por coisas precipitadas, coisas feitas de uma hora para a outra e que depois têm o amparo legal e a gente não tem como... O que eu quero colocar mais nesse sentido todo para que a gente possa realmente fazer um trabalho mais coerente e que a gente não jogue por terra tudo aquilo que está se construindo em nível de bancada federal, por muitas vezes até por questões pessoais. Eu acho que a gente precisa analisar isso com mais profundidade. Fiquei triste ontem, hoje, quando eu soube que em Brasília já estão se reunindo alguns Deputados federais para tomar uma atitude com referência a isso, porque o que se trata aqui não se cumpre, então lá também, com certeza, não vai cumprir. Então, eu acho que nós precisamos pensar nisso.

Era isso que eu tinha para o momento e peço até desculpas se eu ofendi algumas pessoas, mas eu acho que a gente precisa esclarecer isso para que a gente não dê passos errados daqui para frente, que o Estado já foi achincalhado em nível nacional e de mundo, nós precisamos mudar essa idéia do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Quero, em nome do Deputado Maurinho, registrar a presença do senhor Antônio de Oliveira, representante do SERVIPIROFARO, daqui do Estado de Rondônia.

Encerrado o Grande Expediente, passaremos às Comunicações de Lideranças. Não há oradores inscritos.

Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura das proposições recebidas.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura das proposições recebidas.

ORDEM DO DIA

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - Indica ao Poder Executivo Estadual a destinação de tanque de resfriamento de leite para a Associação Rural de Cacaulândia.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO TIZIU JIDALIAS - Indica ao Poder Executivo Estadual a reforma do Estádio Municipal "Valerão", de Ariquemes.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO NEODI CARLOS** - Indica ao Senhor Governador do Estado, a necessidade de reservar a Casa de Cultura Ivan Marrocos um espaço exclusivo para exposição de artes visuais.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURINHO SILVA** - Indica ao Chefe do Poder Executivo Estadual, sobre a necessidade de criação de uma Comissão para elaboração do plano Plurianual-PPA, para os próximos quatro anos.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO MAURINHO SILVA**- Indica ao Chefe do Poder Executivo Estadual, sobre a necessidade de adequar a atual estrutura do posto de Fiscalização da Fazenda Estadual, situada na entrada da Estrada do Belmonte com Avenida Lauro Sodré.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX TESTONI** -Indica ao senhor Governador do Estado, sobre a necessidade de ser criado um Comitê Permanente de Assessoramento Apícola do Estado de Rondônia.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** - Indica ao Poder Executivo, da necessidade de asfaltar e a linha 204 e a linha 153 até o distrito de Rondominas, município de Ouro Preto do Oeste.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** - Indica ao Poder Executivo, da necessidade de asfaltar a linha 153, iniciando-se na Linha 208 em Ji-Paraná até a linha 200, em Ouro Preto do Oeste”.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUALDO PIRES** - Indica ao Poder Executivo, da necessidade de asfaltar a estrada denominada 'Km 12', localizada no município de Ji-Paraná”.

- **INDICAÇÃO DO DEPUTADO ALEX TESTONI**- Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de remeter ao Poder Legislativo o Projeto de Lei que dispõe sobre as normas sanitárias simplificadas e de habilitação de estabelecimento agroindustrial no Estado de Rondônia, conforme anteprojeto de lei em anexo.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO Dr. ALEXANDRE** - Requer Audiência Pública para discutir a Segurança Pública no Estado.

- **REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA** - que seja retirado a minha assinatura da CPI do SINTERO.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) - Eu quero comunicar aos Srs. Deputados e aos funcionários desta Casa que a Mesa Diretora desta Casa decretou ponto facultativo no dia de amanhã. Solicito ao Sr. 1º Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

APRECIÇÃO DE MATÉRIAS

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura.

-REQUERIMENTO - DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Eu, Deputado Ezequiel Neiva - PPS, requeiro a V.Exª. que seja retirada a minha assinatura da CPI do SINTERO.

Porto Velho, 04 de abril de 2007.

Dep. Ezequiel Neiva, 3º Secretário da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o Requerimento do Deputado Ezequiel Neiva. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) - REQUERIMENTO - DEPUTADO EZEQUIEL NEIVA. Requer Audiência Pública para discutir o problema da obesidade.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Ezequiel Neiva. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – Procedendo à leitura.

REQUERIMENTO - DEPUTADO TIZIU JIDALIAS. Requer a realização de Audiência Pública, na forma regimental, que sejam tomadas as providências no sentido de realizar Audiência Pública no dia 09 de maio de 2007, para tratar de assuntos do sistema prisional do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do ilustre Deputado Tiziu Jidalias. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

O SR. JESUALDO PIRES (1º Secretário) – REQUERIMENTO - DEPUTADO DR. ALEXANDRE. O Parlamentar que o presente subscreve, requer, nos termos regimentais, que seja marcada Audiência Pública para o dia 11 de junho do corrente ano, às 09 horas, no Plenário desta Casa Legislativa, com o objetivo de discutir a Segurança Pública no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Neodi Carlos) – Em discussão o requerimento do Deputado Dr. Alexandre Brito. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram.

Está aprovado. Vai ao Expediente.

Passaremos às Comunicações Parlamentares. Não há oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, antes de encerrar a presente Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 10 do corrente, no horário regimental, ou seja, às 15 horas. Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se a sessão às 10 horas e 42 minutos)

ADVOCACIA GERAL DA ALE-RO

RECOMENDAÇÃO n. 001/2007

O ADOGADO GERAL E O ADOGADO GERAL ADJUNTO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDONIA, no exercício das atribuições que lhes foram conferidas pelos artigos Art. 1º, f, l, o e Art. 6º, a, em especial, a alínea b, do Regimento Interno da Advocacia Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e,

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 37, *caput*, da Constituição de 1988, a Administração Pública deve obedecer, dentre outros, aos princípios da legalidade, igualdade, moralidade, eficiência e publicidade;

CONSIDERANDO a atribuição complementar e assessora da Advocacia Geral da Assembléia Legislativa aos interesses jurídicos da Instituição, visando respaldar o Presidente, a Mesa Diretora e os Parlamentares, de forma a assegurar a aplicação da estrita legalidade;

CONSIDERANDO a necessidade de se organizar e de se adotar procedimentos capazes e eficientes para a resolução das dúvidas e questionamentos administrativos no âmbito desta Augusta Casa de Leis;

CONSIDERANDO que, a eficiência e a celeridade necessária para a tramitação dos procedimentos administrativos dependem de atos formais, bem como a juntada de documentos e demais expedientes que demonstrem a legitimidade e a possibilidade jurídica do pedido ao pleito suscitado;

CONSIDERANDO que existe a necessidade de padronização de determinados atos, de determinadas formalizações e de processos e, que os órgãos internos de administração desta Casa de Leis, necessitam da assessoria jurídica desta Advocacia Geral;

CONSIDERANDO os dispositivos das Leis n. 4320/64, 8.666/93 e 8906/94, Leis Estaduais, a saber: Lei Complementar n. 326/05 e 68/92, bem assim a própria Constituição do Estado de Rondônia e o Regimento Interno desta Augusta Casa de Leis, resolvem:

INSTRUIR aos Senhores Advogados, Assessores e Servidores da Advocacia Geral que observe os procedimentos a seguir recomendados:

a) ao receber os processos e os procedimentos administrativos, os Servidores desta Advocacia observarão a autuação, com número do processo ou procedimento, nome do interessado, numeração de todas as folhas, **emitindo-se certidão** (com carimbo próprio) **no verso da última folha dos autos do dia do recebimento**, do número de folhas, numeração dos autos e assinatura do servidor com o respectivo carimbo, anotando-se ainda todos os atos mencionados em livro próprio, sem folhas em branco, assinaturas claramente identificável do servidor na numeração e nos atos do processo;

b) ao receber os autos que os Senhores Advogados observem o disposto no item anterior e, observem ainda se consta nos referidos autos atos e documentos que possam dar segurança jurídica para o enfrentamento do mérito, com as devidas publicações no Diário Oficial e certificações da prestação dos serviços;

c) que os Senhores Advogados observem os aspectos formais dos autos, como legitimidade ou legitimação para o requerimento, juntada dos atos correspondentes ao pleito, tais como: fichas funcionais e financeiras ou mesmo as devidas justificativas e demais documentos que se referem à correlação do pedido;

d) que os Senhores Advogados numerem os respectivos pareceres, folhas, despachos e/ou informações, inserindo a quantidade de laudas no final dos atos opinativos;

e) que no enfrentamento do mérito de forma clara, seja opinado pelo deferimento ou indeferimento do pedido, com destaque para a "conclusão" sem condicionar a apresentação de documentos posteriores, que devem já estar juntados aos autos;

f) que, em pareceres em procedimentos administrativos, se for o caso, insira-se a obrigatoriedade de se observar a devida prestação do serviço, com certidão emitida pelo setor competente, bem como se insira que os referidos atos são para efeitos posteriores, não podendo retroagir no tempo; que se observe na aquisição de serviços ou obras as modalidades pertinentes, evitando-se o fracionamento e que se que alerte para o disposto no Art. 25, §2º, com a responsabilização do servidor responsável juntamente com o fornecedor;

g) que, nos contratos, acordos e convênios formalizados nesta Advocacia, **tenham o visto do Advogado** que elaborou o termo em conjunto com o Advogado Geral, somente podendo ser celebrado o contrato e ou convênio após a apresentação de toda a documentação legal necessária;

h) que nos pareceres seja descrito no relatório todos os documentos relevantes a análise do caso com o respectivo número da folha;

i) que seja aplicada em todas as páginas do processo a marca de carimbo de numeração de fls. próprio da Advocacia Geral da Assembléia Legislativa, devidamente rubricado pelo Secretário deste órgão, devendo também ser

carimbada a palavra "EM BRANCO" nas folhas e versos que assim se apresentarem.

ENCAMINHE-SE a presente RECOMENDAÇÃO ao Excelentíssimo Senhor Presidente desta Instituição, bem como ao Primeiro Secretário para conhecimento e deliberação pela titulação de colaboração que se propõe com o intuito de se cumprir o mister da Advocacia Geral da Assembléia Legislativa.

CIENTIFIQUE-SE, do teor desta RECOMENDAÇÃO aos Senhores Advogados desta Advocacia Geral e Servidores e, para título de conhecimento à Secretaria Geral, ao Departamento de Recursos Humanos, à Secretaria Administrativa, ao Departamento Financeiro e demais setores desta Augusta Casa de Leis.

Publique-se.

Porto Velho, 12 de abril de 2007.

APARICIO PAIXAO RIBEIRO JUNIOR
Advogado Geral da ALE

GLAUBER LUCIANO COSTA GAHYVA
Advogado Geral adjunto da ALE

RESOLUÇÃO Nº 08/2007 – MD

Regulamenta a concessão da Vantagem Pessoal de Adequação Salarial – VPAS.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o parecer exarado no processo nº. 00732/2007, que concluiu que a gratificação especial criada pelo Ato nº. MD/138/2001, pelo seu caráter transitório, não pode ser incorporado ao vencimento sob quaisquer fundamentos, inclusive para efeito da Vantagem Pessoal de Adequação Salarial – VPAS, prevista no artigo 52 da Lei Complementar nº. 326/2005;

Considerando que a Administração Pública pode anular seus atos administrativos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

Considerando que o princípio da legalidade deve nortear todos os atos da administração;

R E S O L V E:

Art. 1º. Determinar ao Departamento de Recursos Humanos – DRH que exclua dos cálculos da Vantagem Pessoal de Adequação Salarial – VPAS, prevista no artigo 52 da Lei Complementar nº. 326/2005, toda e qualquer verba transitória que percebia, ou que continua a perceber, o servidor quando da implementação das disposições da referida Lei Complementar.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 17 de abril de 2007.

Deputado Neodi Carlos
Presidente

Deputado Alex Testoni
1º Vice-Presidente

Deputado Miguel Sena
2º Vice-Presidente

Deputado Jesualdo Pires
1º Secretário

Deputado Chico Paraíba
2º Secretário

Deputado Ezequiel Neiva
3º Secretário

Deputado Maurinho Silva
4º Secretário